

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

11-12

OUTUBRO – NOVEMBRO – DEZEMBRO DE 1978

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro — 3800 — Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal

Continente, Ilhas e Espanha ... 100\$00

Outros países ... 150\$00

Via Aérea:

Estrangeiro ... 200\$00

Número avulso ... 25\$00

11-12

Outubro - Novembro - Dezembro de 1978

Apresentação

Os ministérios na Igreja — *M. Madureira Dias*

Os vários ministérios da música na liturgia — *A. Ferreira dos Santos*

O ministério litúrgico do leitor — *Leão Cordeiro*

O ministério da música na liturgia a partir do Vaticano II — *Manuel Luís*

Os ministérios na liturgia — *J. Ferreira*

NOTICIÁRIO

IV Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Encontros diocesanos de Aveiro, Santarém e Coimbra

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra

Publicam-se, neste número, os trabalhos que foram apresentados no IV Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, efectnado no Santuário de Fátima, de 18 a 22 de Setembro pp.

Com este número, que é duplo e quase poderia ser triplo tanto pela quantidade das páginas como pelo valor do conteúdo, encerra o nosso Boletim o terceiro ano de publicação. E, sem faltar à modéstia, podemos dizer que encerra bem.

Efectivamente, os temas do IV Encontro, que, por motivos alheios à nossa vontade, aparecem aqui numa ordenação menos lógica, são muito oportunos e foram estudados com inegável seriedade.

Ninguém ignora a que extremos se chegou na clericalização das funções eclesiais e na uniformidade das celebrações litúrgicas. De um longo período de séculos, em que o ritualismo imperou na Igreja, passou-se, com o Vaticano II, a uma Liturgia que, sem deixar de ser devidamente hierarquizada, apresenta uma grande diversidade de ministérios e uma multiplicidade de normas que têm em conta a especificidade das culturas e das etnias e as características das assembleias cristãs.

Na Constituição sobre a Liturgia pode ler-se, a propósito: «não é desejo da Igreja impor, nem mesmo na Liturgia, a não ser quando está em causa a fé e o bem de toda a comunidade, uma forma única e rígida,

mas respeitar e procurar desenvolver as qualidades e dotes de espírito das várias raças e povos» (SC 37).

Não é menos significativa a norma que o mesmo documento conciliar estabelece acerca da variedade das funções litúrgicas: «nas celebrações litúrgicas, limite-se cada um, ministro ou simples fiel, ao exercer o seu ofício, a fazer tudo e só o que é de sua competência, segundo a natureza do rito e as leis litúrgicas» (SC 28).

Não admira, pois, que, a partir da reforma conciliar do Vaticano II, a temática dos Ministérios na Liturgia viesse a merecer o crescente interesse dos teólogos e liturgistas e a ocupar um lugar cada vez mais relevante na própria pastoral da Igreja.

Por outro lado, o esforço que a Igreja no nosso País presentemente desenvolve para a dinamização da pastoral do Domingo, dá a esta temática uma actualidade que é desnecessária encarecer.

Na secção do Noticiário que este número apresenta no final, além da crónica do IV Encontro, vem uma referência, sucinta mas significativa, aos encontros diocesanos de pastoral litúrgica realizados em Aveiro, Santarém e Coimbra, sob a orientação ou com a colaboração do Secretariado Nacional de Liturgia.

OS MINISTÉRIOS NA IGREJA

REFLEXÃO TEOLÓGICA

Introdução

— Pretende-se, com este Encontro de Liturgia, e na sequência dos Encontros anteriores, alertar os participantes para a vitalidade da vida cristã de que a Sagrada Liturgia é celebradora. O tema deste ano vai chamar a atenção de toda a comunidade eclesial para o facto da comunidade ser actuante e, como tal, comunidade de serviço.

Este primeiro trabalho pretende ser, e tão somente, uma espécie de alicerce nesse edifício da Igreja que é construído sempre que ela se congrega para celebrar os mistérios do seu Fundador.

De facto, se compararmos a Igreja, na sua vida litúrgica, a um edifício, facilmente descobriremos que a Teologia aqui outra coisa não é senão aquele conjunto de pedras escondidas e soterradas que dão a solidez ao edifício e marcam as grandes linhas de força sobre as quais se levantam os seus muros.

Que diríamos da casa cujas paredes se erguessem juntas e encostadas como palmas de mão unidas, sem deixar espaço para viver dentro delas?

Que diríamos de muros levantados sem reboco e sem pintura?

Que diríamos ainda da casa edificada sem funcionalismo e sem utilidade prática para os seus moradores?

A todo este tipo de construção outro título não teríamos mais apropriado do que, no mínimo, chamar-lhe casa inútil.

Todas essas linhas bem traçadas, bem definidas, bem realizadas, de modo a produzirem o efeito para que foram criadas, há-de a Liturgia indicá-las. Toda a beleza, todo o encanto, todo o requinte e conforto, há-de a Liturgia musicada imprimi-la. Os alicerces lança-os a Teologia.

Os muros são os ministérios.

A Liturgia e a Música, utilizando devidamente os ministérios, enriquecem e embelezam o edifício, tributam glória ao Senhor que

traçou o fundamento da casa através da Revolução que a Teologia ensina, e comunicam pela sua vida a salvação que o dono da casa (o Redentor) veio trazer-nos.

Este trabalho teve, pois, como única intenção, limitar-se ao seu papel de lançar o alicerce do edifício que iremos ver subir neste Encontro de Liturgia.

— Ao indicar esta intenção, eu estou já a definir o objectivo. Não se pretende aqui entrar em discussões teológicas, porque a Revelação é clara e essa não tem discussão. Não se pretende ultrapassar as fronteiras do campo meramente teológico, embora sejam patentes algumas incidências litúrgico-pastorais.

Pretende-se unicamente ser ponto de partida e de arranque para que os ministérios, vistos à luz da Liturgia e da execução musical, transpareçam claramente como exigências da doutrina teológica da Igreja, porque antes o são da Revelação divina.

— Indico agora, e para terminar esta introdução, o método de trabalho que vou seguir, o qual simultaneamente indica, em resumo, o assunto para o qual ousou chamar a vossa atenção.

Para este trabalho ser completo, deveria procurar a sua raiz em Jesus Cristo, Sacerdote, Profeta e Rei, ou até, talvez melhor, no seio da própria Trindade.

Deveria, além disso, debruçar-me sobre todas as consequências dessa raiz na vida da Igreja toda. É evidente que isso significaria um tratado de toda a Teologia, na qual apareceriam os ministérios como ramo pequenino de grande e frondosa árvore.

Não o faço, como é de calcular.

Irei começar directamente com a vida actuante da Igreja, sem percorrer as comunidades que a constituem e limitando-me a três ou quatro que, pelas suas situações geográfica e histórica e pelas tradições que incarnam, me pareceram elucidativas para o nosso objectivo. Assim perpassarão diante de nós os modos de viver cristãos nas comunidades de Jerusalém, Corinto, Éfeso, Creta.

Através da vida cristã destas comunidades, descobriremos a existência e o exercício de diversos ministérios. E deles falarei. Não falo do episcopado nem do presbiterado por me parecer que tais ministérios estão fora do alcance dos objectivos deste Encontro. Falarei dos outros.

E concluirei pelas consequências litúrgico-pastorais resultantes da Teologia do ministério do Diaconado e dos outros «ministérios não ordenados».

I — UMA REVISÃO DAS COMUNIDADES PRIMITIVAS

1. A COMUNIDADE DE JERUSALÉM À LUZ DO LIVRO DOS ACTOS

O Livro dos Actos fala pouco de «ministérios», mas menciona vários nomes indicativos do exercício de serviços diversos. Fala de «apóstolos», «anciãos», «profetas», «cristãos», «bispos», etc.

E revela uma imensidade de missões sem dar nome àqueles que as desempenham.

Como é sabido, o Livro dos Actos é uma espécie de vida da Igreja primitiva nas várias comunidades que a constituem. Vamos situar-nos, à sua luz, apenas na comunidade de Jerusalém. Aí aparecem-nos

a) Os «Apóstolos»

Os «Apóstolos», referidos por S. Lucas 26 vezes neste livro, são identificados com os «Onze» antes da eleição de Matias ou com os «Doze» depois dela.

Embora S. Paulo reivindique para si o nome de Apóstolo, bem como para alguns colaboradores seus, havemos de ver o sentido que esse «ser apóstolo» tem e que é nitidamente distinto destes apóstolos da Igreja de Jerusalém. Aqui Apóstolos são os «doze» cuja missão específica é a de garantes da tradição de Jesus Cristo. É importante e condição essencial para poder considerar-se «apóstolo», neste acepção, ter acompanhado Jesus na sua vida pública até à ascensão e tornar-se testemunha da sua própria ressurreição (Act. 1, 21-22).

Aqui se afirma um primado absoluto da tradição evangélica, pressuposto imprescindível para que alguém faça parte dos Doze. É que os Apóstolos receberam a sua missão de Jesus que os escolheu (Act. 1, 2).

Tal missão foi confiada aos «Doze» que, defraudados pela defecção de Judas, consideraram necessário reconstituir. E para isso entrevistaram três agentes que seria bom fixar bem, a partir de agora. São eles: *Pedro*, a *Assembleia*; o *Senhor*. A propósito leia-se: Act. 1, 15-26.

α) Principais funções exercidas pelos «Apóstolos»

— *Testemunhar a ressurreição de Jesus*: Act. 1, 8; 2, 32; 3, 15; 5, 32; 10, 39-42; 13, 30-31.

— *Dirigir a comunidade de Jerusalém:*

Act. 4, 35.37; 5, 2: Colocação dos bens aos pés dos Apóstolos

Act. 5, 1-11: O caso de Ananias e Safira

Act. 6, 2: A questão dos Helenistas e Hebreus

Act. 9, 26-28: Apresentação de Saulo aos Apóstolos

— *Garantir a unidade:* Act. 8, 14-17: A unidade é garantida por Pedro e João que vão à Samaria impôr as mãos sobre aqueles que Filipe baptizou.

Act. 11, 1-18: Pedro explica à comunidade a razão de ter baptizado Cornélio.

Act. 15: Debate sobre a circuncisão dos convertidos do mundo pagão.

β) No contexto apostólico Pedro tem um lugar reservado

— Lucas nomeia-o 56 vezes no Livro dos Actos.

— Na comunidade de Jerusalém aparece como *porta-voz* dos Doze: Act. 2, 14; 2, 37; 5, 3-4; 8-9.

— Aparece como homem da palavra e da missão, mas nunca ligado, como chefe, à comunidade de Jerusalém. Aí está Tiago. (Act. 21, 18-24).

γ) Algumas conclusões:

— Os Apóstolos exercem um ministério que lhes foi comunicado por Jesus ressuscitado e é sustentado pelo seu Espírito.

— Este ministério é ordenado, essencialmente, para o testemunho da Ressurreição.

— Para o exercer os «Doze» têm autoridade sobre as comunidades, exercem-na *colegialmente* e em *diálogo* com a comunidade.

b) A Instituição dos «Diáconos»

Assim é normalmente designada a escolha de «Sete» homens feita pela comunidade, por sugestão dos Apóstolos, dados os problemas surgidos a que os «Doze» não podiam atender. Na realidade, porém, o nome «Diácono» é equívoco dada a imagem que dele temos como resultante duma tradição meramente litúrgica. Por isso, e para ser mais fiel à fonte da Revelação, designo-os por «os Sete».

α) O Livro dos Actos refere a sua instituição: Act. 6, 1-6.

- No mesmo livro se indica o exercício das actividades de dois de entre eles: Act. 6, 8-8, 2 (Estêvão); Act. 8, 5-40 (Filipe).
- Não se lhes dá título nenhum em virtude da sua função. Foram instituídos para remediar uma situação proveniente da tensão existente na comunidade de Jerusalém entre judeo-cristãos palestinianos e judeo-cristãos da Diáspora. Era necessário «servir às mesas» e os Apóstolos (os Doze) não podiam deixar «o serviço da palavra».
- O processo da sua escolha é muito semelhante ao da eleição de Matias: Act. 6, 1-6.

Os Apóstolos propõem a escolha de homens cheios do Espírito Santo;

A assembleia escolhe;

Os Apóstolos instituem impondo-lhes as mãos.

β) *As funções dos «Sete»*

A instituição fala do «serviço das mesas». Na prática, porém, os dois de entre os Sete dos quais Lucas nos fala, nunca aparecem a «servir às mesas» mas a pregar nos meios helenistas ou samaritanos.

Este facto leva-nos a levantar algumas questões:

- Poderão os «Sete» ser interpretados como os iniciadores da missão no meio da Diáspora?

Os Apóstolos permaneceram por Jerusalém!

Os Sete terão sido aqueles que abriram caminho à Boa Nova para fora daquele círculo?

Faziam-no na dependência dos Doze, já o vimos a respeito da unidade mantida por Pedro e João que sobem à Samaria a impôr as mãos sobre aqueles a quem Filipe baptizara.

No caso de assim ser, temos aqui um óptimo indício para a missão dos diáconos. Por agora, fixemos o facto.

- Serão os «Sete» apenas uma espécie de continuidade judia, cujo costume mantinha as comunidades locais sob a autoridade de sete membros?

Neste caso, estes Sete deveriam limitar-se à comunidade para que foram instituídos!

- O facto de serem escolhidos para «servir às mesas» excluirá uma actividade de ensino? Pela prática verificada a respeito de Estêvão e Filipe, não parece.

- Lucas nunca os designa por «Diáconos», função ordenada já existente no seu tempo, à maneira de hoje, mas designa-os por «Sete», enquanto aos «Doze» dava o nome de Apóstolos.
- Estes «Sete» não têm sucessores (que se conheçam) nem em Jerusalém nem noutras comunidades.

Daqui poder concluir-se que Lucas não quis apresentar a instituição duma «ordem», mas a organização dum serviço particular para uma situação especial concreta.

γ) *Algumas conclusões*

- Na Instituição destes «Sete» está estabelecido o princípio da instituição de «serviços» pela Igreja, «ordenados» ou não, conforme as necessidades da comunidade.
- As necessidades da «comunidade local» podem pedir a criação de ministérios novos. Tal criação, porém, realiza-se no diálogo entre os Responsáveis e a Assembleia, tendo em conta os dons do Espírito, sobretudo na linha do serviço aos irmãos.

ε) **Os Profetas**

- Por diversas ocasiões se refere Lucas aos Profetas da comunidade de Jerusalém:
 - Act. 11, 27-28 — Agabo e outros
 - Act. 15, 22. 27. 32 — Judas e Silas
 - Act. 21, 10-11 — Agabo novamente

Não aparece, todavia, em lugar algum a sua instituição. Isso, aliás, é normal na tradição bíblica. O Profeta não se institui. É um carismático suscitado pela livre intervenção do Espírito.

- Daqui se podem inferir *algumas conclusões*:
 - Na comunidade de Jerusalém havia membros que exerciam o serviço da Profecia.
 - A sua missão, porém, não é tanto anunciar o futuro (como no A. T. por vezes) mas sim a de ser uma espécie de *missionários itinerantes* que irradiavam para outras comunidades cristãs, comunicando os carismas da comunidade de Jerusalém.
 - Além de serviços instituídos, há-os sem instituição, como meros dons.

d) Os Anciãos

— Além dos grupos já assinalados, a comunidade de Jerusalém tem «Anciãos» (presbyteroi), em três lugares mencionados no Livro dos Actos:

Act. 11, 30 — Quando Antioquia envia a sua ajuda económica à comunidade de Jerusalém («aos anciãos») por meio de Barnabé e de Paulo.

Act. 15, 2-16, 4 — Paulo e Barnabé vão a Jerusalém consultar os Apóstolos e os Anciãos sobre o problema da circuncisão para os cristãos vindos do paganismo.

Act. 21, 18 — Paulo sobe a Jerusalém e Tiago, reunido com os «Anciãos», recebe-o.

Este nome de Anciãos é tradicional no mundo judeu e designa um «Conselho de Responsáveis» da comunidade. Não nos aparece, em lugar algum, a sua instituição, mas aparecem instituídos.

— *As suas funções:*

- Recebem o auxílio da comunidade de Antioquia
- Presidem com os Apóstolos às questões das comunidades: Act. 15, 2. 4. 6; 22-23
- Localmente exercem funções de conselho de responsáveis, prolongando uma espécie de função colegial na sequência da que os «Doze» exerciam (Act. 21, 18).

2. A PRIMEIRA CARTA AOS CORÍNTIOS E A COMUNIDADE CARISMÁTICA

Os escritos mais antigos do Novo Testamento são as duas cartas aos Tessalonicenses e a I Carta aos Coríntios. Porque esta é particularmente elucidativa a respeito dos dons não instituídos (os carismas), vamos deter-nos sobre ela, para vermos uma outra comunidade primitiva onde os serviços são exercidos a favor da comunidade, segundo uma dinâmica diferente daquela que acabamos de ver em Jerusalém.

a) A diversidade dos dons

α) No cap. 12 da carta citada, S. Paulo refere uma imensidade de *dons espirituais*, de *serviços* e de *operações*, atribuindo tudo a um único e mesmo Espírito: I Cor. 12, 4. 5. 6.

- Faz, inclusivamente, uma lista de todos esses dons (I Cor. 12, 8-11) e afirma peremptoriamente que essa diversidade enorme de dons existente na comunidade de Corinto deve ser ordenada e unida como o são as diversas funções exercidas pelos órgãos distintos de um corpo humano (I Cor. 12, 12).
- Detém-se, de seguida, em considerações extraídas do termo de comparação utilizado (o corpo) para terminar com uma *lista ordenada* segundo prioridades por ele estabelecidas hierarquicamente de acordo com uma ordem de importância.

Enquanto os cristãos de Corinto davam muita importância aos dons mais extraordinários e vistosos (dom das línguas. v. g.), Paulo coloca esses dons no fim da lista, advertindo que primeiro estão os dons de «Apóstolos», «Profetas», «Doutores».

Seguem-se os dons de fazer milagres, curar, socorrer, governar e só depois o de falar diversas línguas (I Cor. 12, 28).

Saliente-se que entre os dons espirituais estão os «Apóstolos», «Profetas», «Doutores». E na Igreja de Corinto há quem possua esses dons que vêm em primeiro lugar.

β) *Quais as funções dos que possuem estes dons?*

Examinemo-los um a um:

— Os Apóstolos

Aparecem-nos aqui numa acepção distinta daquela que vimos no Livro dos Actos. São distintos dos «Doze». São essencialmente missionários ou oficialmente enviados pela comunidade; viajam geralmente dois a dois, com cartas de recomendação de uma comunidade para outra.

A sua enumeração em lugar primeiro revela bem o calor missionário da Igreja primitiva.

Fala-se de Apóstolos a propósito de Apolo (I Cor. 4, 9) e de Barnabé (I Cor. 9, 5s.), para exemplo.

— Os Profetas

- São Paulo tem recomendações particulares para os que exercem este serviço do dom da profecia na comunidade de Corinto:

«Aquele que profetiza, edifique a assembleia: I Cor. 14, 4;

«Aquele que profetiza fala aos homens e proclama a edificação, a exortação o encorajamento: I Cor. 14, 3;

Recomenda mesmo que se aspire a este dom: I Cor. 14, 1. São Paulo tem-no em grande apreço.

— Quais as funções desempenhadas por eles?

Deduzem-se das citações feitas: elas dizem respeito à palavra que anunciam na assembleia litúrgica e fora dela. Eles aparecem como uma espécie de *leaders* das comunidades locais e de entre eles se escolhem os apóstolos.

— Os doutores

Estes são conhecidos apenas por algumas alusões. Andam muito associados aos Profetas.

Asseguram o ensino sistematizado a partir das Escrituras, à maneira de escola judia.

γ) Podemos extrair já algumas conclusões pertinentes:

- Na Igreja de Corinto os ministérios são chamados «carismas» (dons espirituais gratuitos para edificação da comunidade).
- Apóstolos, Profetas e Doutores são os primeiros carismas e andam todos à volta do ministério da Palavra.
- Na comunidade de Corinto, não existem apenas estes dons «ministeriais». Há muitos outros que não têm instituição. Mesmo aqueles não se vêem instituídos, mas simplesmente exercidos.

b) Os colaboradores de Paulo

- Paulo considera-se «Apóstolo e «Doutor»: I Cor. 9, 1-2; I Cor. 15, 7-9. Mas designa como apóstolos, igualmente, alguns colaboradores seus que trabalham em pé de igualdade

com ele, sem dependerem da sua autoridade. São eles: Apolo: I Cor. 4, 9; Barnabé: I Cor. 9, 5s; Silas: I Tim. 2, 7.

- Paulo é «apóstolo» = enviado porque anuncia e transmite o Evangelho: I Cor. 15, 1-2. O seu apostolado é pois uma *diaconia*, uma vez que está ao serviço da comunidade.

Entre os colaboradores de Paulo vamos encontrar, além dos já enumerados, igualmente apóstolos como ele, outros servidores (diaconoi) mais dependentes da sua autoridade.

Enumeram-se alguns:

Timóteo, Tito, Epafeas, Epafrodite, Tíquico, etc.

- Ainda encontramos outro grupo de colaboradores aos quais S. Paulo designa apenas por *irmãos*, revelando certamente uma intimidade grande com eles, mas cujas missões não parecem distinguir-se grandemente das anteriores.

E enumeram-se também alguns: Marcos, Aristarco, Demas, Lucas, dos quais dois, como sabemos, foram *Evangelistas*.

c) Em que condições se exercem os ministérios a nível local?

α) *Eles são «estabelecidos» por Deus* (I Cor. 12, 28).

Não é claro, todavia, se o são através de celebração litúrgica ou não.

Na sua designação parecem entrar diversos intervenientes: o candidato, a comunidade, e outros ministros. Não importa qual destes tenha a iniciativa. Mas importa que os três reconheçam o «dom» de Deus: I Cor. 4, 17; 16, 10.

β) *E as mulheres exercem ministérios?*

- Elas «rezam e profetizam»: I Cor. 11, 2-16.

- Todavia, em I Cor. 14, 34-35, parece haver uma certa contradição, na medida em que o Apóstolo as manda estar em silêncio na assembleia.

Mas parecem ser interpolados tais versículos, à imagem do que se passa com I Tim. 2, 11-14.

- Realmente não parece corresponder ao pensamento de S. Paulo reduzir ao silêncio as mulheres, uma vez que «elas profetizam»,

como já se viu. E há outras passagens onde é claro o papel activo da mulher:

Rom. 16, 1: reecomendação da diaconisa Febo;

Gál. 3, 28: proclamação da igualdade dos direitos.

γ) *E a situação familiar dos ministros?*

São Paulo distingue o exercício do ministério como dom, de outros dons possivelmente ligados ou desligados do dom do ministério.

Assim: — ele e Barnabé são «apóstolos» e têm o dom da *castidade celibatária*;

— outros, porém, podem prestar serviços e não ter o dom da castidade: fala-se das condições de casamento dos diaconoi, por exemplo.

δ) *Diversas conclusões se poderiam apontar a partir do caso de Corinto:*

— Há serviços ou ministérios instituídos e serviços não instituídos. Mas todos são dons de Deus.

— Os serviços essenciais dizem sempre respeito ao anúncio da palavra da Boa Nova.

— As mulheres podem exercer funções nas comunidades.

— Não é forçoso, para o exercício de determinados ministérios, que se possuam determinados outros dons.

3. AS EPÍSTOLAS PASTORAIS E A ORGANIZAÇÃO MINISTERIAL

É hoje comumente aceite pelos exegetas que as duas cartas a Timóteo e a Carta a Tito foram escritas não por Paulo, mas por algum discípulo seu, no último quartel do século I.

A ser assim, e não é aqui o lugar para o discutir, fixemo-nos desde já em duas considerações prévias importantes:

1.^a — Elas são igualmente inspiradas, embora deuterocanónicas;

2.^a — Elas são um precioso documento para melhor entendermos como as comunidades primitivas, numa segunda fase, se esforçam por viver e actualizar a mensagem e o testemunho do Apóstolo assegurado na primeira fase, como já vimos nas considerações até agora feitas.

Por conseguinte, o «eu» paulino que delas se extrai é a expressão do ideal de Paulo, tal como as comunidades dos anos 80-90 o concebiam.

a) O exercício da missão apostólica de Paulo

As cartas pastorais, ao descreverem a missão apostólica de Paulo, apontam para o ministério por ele exercido. É um ministério:

α) *de responsabilidade* sobre todas as comunidades cristãs que ele fundou, seja a de Éfeso: I Tim. 1, 3; seja a de Creta: Tit. 1, 5. E tal ministério exerce-se através:

- da *pregação e do ensino*: Ele anuncia a Boa Nova: I Tim. 2, 5-6; II Tim. 1, 10.

Ele tem em conta todo o plano da salvação: Tit. 3, 4-7. Ele cuida da manutenção da doutrina na sua puerza: «guardar o depósito»; «confiar fielmente o ensino recebido» etc.

- da *organização institucional*

Na I Tim. 5, 17-25, encontra-se em pequeno directório sobre o discernimento das vocações para o exercício de serviços eclesiais.

Essas vocações já se revestem dum certo carácter institucionalizado, de modo a, estavelmente, ajudarem a manter de pé o que Paulo ensinou.

- do *culto e das assembleias litúrgicas*

Recorda-se o carácter universal da prece pública (I Tim. 2, 1-7). Fixam-se os modos concretos de a realizar (I Tim. 2, 8-15).

- do *comportamento dos fiéis*

Exorta a todos a que vivam de harmonia com o Evangelho (I Tim. 5, 14; Tit. 2, 5. 8).

Recorda os deveres a todas as categorias de cristãos: jovens/adultos; ricos/pobres; escravos/livres.

β) *O ministério de Paulo respeita directamente os seus colaboradores imediatos.*

- A Timóteo e Tito chama-lhes «filho»: I Tim. 1, 1. 18.

Lembra a Timóteo a família e a sua juventude: II Tim. 1, 1-5.

Preocupa-se com a sua saúde: I Tim. 5, 23.

Cuida da sua vida espiritual: II Tim. 4, 13-16.

Há em tudo isto um profundo calor humano, afeição e ternura que se sobrepõem de longe às funções administrativas. Todavia, estas também eram necessárias e existiam nas comunidades de Éfeso e Creta, como, imediatamente iremos ver.

b) Os ministérios nas comunidades de Éfeso e Creta

α) *Investidura no ministério*

- Timóteo foi investido. Recebeu o carisma (dom) pela imposição das mãos: I Tim. 4, 14.
- Esta investidura foi feita pela imposição das mãos de Paulo como uma profecia pronunciada «sobre» o candidato (I Tim. 1, 18). É uma prece litúrgica. É uma imposição para transmitir a dignidade de «Ancião» = Presbítero.
- Esta investidura inclui uma profissão de fé em presença de numerosas testemunhas: I Tim. 6, 12 e está ligada à presença dum dom (carisma). Ela própria é dom.

β) *As funções do investido*

- *Ensinar* (15 vezes aparece nas cartas pastorais) e é uma das actividades essenciais quer de Timóteo: I Tim. 14, 16, quer de Tito, 2, 1.

Tal ensinamento deve ser de qualidade

I Tim. 1, 10 e deve dirigir-se

II Tim. 2, 1 a todos: II Tim. 4, 2

Exerce-se sobretudo pela *leitura, exortação, ensinamento*: I Tim. 4, 13.

Esta missão de ensinar confiada a Timóteo, exerce-se por isso na celebração litúrgica da palavra e em ensino mais sistematizado.

- *Exercer autoridade*: na organização da prece litúrgica: I Tim. 2, 1-15; na assistência às viúvas: I Tim. 5, 3-16; no estabelecimento de «Anciãos» à frente da comunidade: I Tim. 5, 22; Tit. 1, 5.

γ) *Os diversos ministérios nessas comunidades*

- *Presbíteros/bispos*. Ora aparece um, ora outro. Verifica-se uma certa transição na evolução do vocabulário.

- Está-se a passar do «Ancião», membro do conselho, para o «*Ancião vigilante*». Da presidência à vigilância.
- Eles são o conselho da comunidade local e devem ser instituídos em cada cidade: Tit. 1, 5.
Representam uma *autoridade moral* no seio da comunidade. Por isso hão-de ser «irrepreensíveis» Tit. 1, 6s; I Tim. 3, 2.
 - Exercem duas funções complementares: Presidem à comunidade e vigiam a sua marcha.
 - Presidir e ensinar são as suas funções primárias: I Tim. 5, 17.
 - *Servidores/diáconos*
- Só se fala deles na I a Tim., a propósito da comunidade de Éfeso.
- Existiriam em todas as comunidades ou só nos grandes centros? As suas funções são indeterminadas e nada se encontra de concreto a respeito da entrada deles em função.
- Mas fala-se das suas qualidades: I Tim. 3, 8.9.12.
- Na I Tim. 3, 11 parece haver uma referência a mulheres/diáconos. Pelo menos, o contexto a isso nos induz. Na verdade o contexto é ministerial. Se se tratasse das esposas dos diáconos deveria aparecer : «as suas mulheres» e não «as mulheres». Além disso, o autor fala dos grupos em sistema paralelístico. E quando fala de Bispo e Presbíteros, nada diz das mulheres porque não as havia bispos nem presbíteros.
- Há ainda a considerar *outros grupos* nestas comunidades:
 - as viúvas*: I Tim. 5, 3-16 (regras sobre elas).
 - os jovens*: Tit. 2, 6-8, embora não se veja com clareza qual o papel que lhes é atribuído.

4. CONSIDERAÇÕES TEOLÓGICAS E ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS

Tudo quanto se viu até agora oferece-nos um testemunho apostólico e pós-apostólico sobre alguns ministérios e dons ou carismas da Igreja primitiva, nas suas diversas comunidades.

Mas o Novo Testamento não fica por aqui, como é evidente. E até já esboça uma certa teologia apostólica a propósito de tais ministérios e carismas. São Paulo não teoriza sobre o assunto, mas teste-

munha as realidades que descobre como existentes nas diversas comunidades.

Quando trata, na I Cor. (12 a 14), este assunto de modo sistematizado, procura, desde logo, valer-se de quatro designação diferentes para apresentar o mesmo fenómeno — os «dons espirituais».

Dons espirituais;	I Cor. 12, 1 e 14, 1;
Operações	: I Cor. 12, 6;
Ministérios	: II Cor. 9, 12 e ss; I Cor. 12, 5;
Carismas	: I Cor. 12, 4. 31

a) Multiplicidade de carismas e serviços

Já vimos acima como são Paulo, na enumeração dos dons, coloca em primeiro lugar os *ministérios* de apóstolos, profetas, doutores.

Seguidamente, na lista paulina, aparecem o poder de realizar *milagres*; os dons de *curar, assistir, governar*; finalmente, a diversidade das *línguas*: I Cor. 12, 8-10.

Ora, de todos estes dons, *uns* são serviços permanentes; outros, espontâneos; provisórios; outros, vitalícios; institucionalizados; outros, simples dons.

b) Consequências

1.^a — Observando de perto as comunidades de Jerusalém, Corinto, e as das cartas pastorais, verifica-se uma grande diversidade de nomes na atribuição de serviços aos que exercem funções nas diferentes comunidades.

Em Jerusalém: há serviços, mas não se descortina a instituição de alguns.

Em Corinto: há carismas, alguns dos quais são ministérios instituídos, não se verificando porém a instituição.

Em Éfeso e Creta: há ministérios instituídos e outros grupos de servidores sem instituição.

2.^a — Apesar desta diversidade de modelos, observam-se umas constantes que importa relevar porque projectam luz para o presente:

— Toda a comunidade aparece como corresponsável pela missão da Igreja e participa nas decisões relativas à escolha dos *ministros*.

- Os serviços exercidos nas comunidades não são de poder autoritário, mas de autêntica diaconia, para bem de todos.
- Os serviços principais exercidos nas comunidades dizem respeito, particularmente, à função profética, na linha Kerygmática do anúncio da *boa nova*.
- «Carisma» e «ministério» andam juntos. A Igreja ao mesmo tempo que é servida por «ministros» com o dom do ministério, é continuamente vivificada pelos dons do Espírito concedidos a alguns. Tais ministérios e carismas aconteciam nas diversas comunidades de maneira diferente e eram assumidos comunitariamente e não como exercício de individualismos pessoais.

II — ACTUALIDADE TEOLÓGICA DOS MINISTÉRIOS

A teologia dos ministérios, confrontada com algumas informações históricas, revela-nos, como em muitos outros casos, a riqueza e a pobreza da Igreja. Esta tem tido, através dos tempos, os seus altos e baixos, na medida e na proporção do seu empenhamento com os dons que o Espírito Santo gratuitamente lhe oferece. Em épocas de fidelidade ao Espírito, os ministérios eram considerados como dons de Deus para melhor servir os homens. Em épocas de maior obscurantismo, os ministérios tornaram-se motivos de glória, de poder e de exercício de autoridade cada vez mais concentrada naqueles que os possuíam por instituição e ordenação.

Muitas razões históricas, de índole social, política, litúrgica, pastoral cultural, etc., contribuíram para que o exercício dos diversos serviços da comunidade cristã fossem dispensados não como obrigações para com a comunidade, mas como direitos daqueles que os dispensavam.

A exagerada concentração litúrgica do ministrar ao altar poisada sobre os ombros do Presbítero são disso um claro exemplo e um esclarecedor testemunho. A Igreja clericalizada perdeu em riqueza espiritual. E, para além de suscitar uma vaga de anticlericalismo desastrosa para os Presbíteros da Igreja, em nada favoreceu o papel dos leigos que, dificilmente, poderiam sentir-se atraídos pelo desempenho de serviços que lhes pertenciam, mas de que foram obrigados a perder a consciência e a responsabilidade, ainda com o gravoso da antipatia clericalmente contraída. Nem tudo foi negro na história, claro está. Mas temos de reconhecer, em nome dos factos, que as reformas litúrgicas, a partir do séc. V, não se fizeram na linha do exercício de vida comunitária da

Igreja, mas sim, na direcção da concentração na clerezia. Para quê, então, os ministérios?

É, por isso, que a sondagem feita aos dons do Espírito que o Vaticano II foi, pese embora isso a todos os lefebrianos, tinha, forçosamente, de fazer reabilitar a imagem da Igreja primitiva, com o consequente ressurgir dos ministérios, uma vez que a Igreja se propunha fazer a sua própria radiografia. E fê-lo. Por isso, a comunidade eclesial acordou para a consciência de si mesma e descobriu que só há comunidade quando cada membro põe o seu dom ao serviço de todos.

Com efeito, os ministérios eclesiais passaram, nos últimos anos, por transformações e «crises». Falou-se e fala-se ainda muito em *crises* no ministério presbiteral. Penso que tal modo de falar continua ainda a ser uma deformação mental, porque é unilateral.

A crise em qualquer ministério só é inteligível no conjunto de vida de toda a comunidade. Só uma visão clara da Igreja pode levar os seus membros a entender o seu ministério que, como fita cinematográfica, se vai desbobinando no exercício múltiplo e plurifacetado de todos os ministérios no seu seio exercidos.

1. A IGREJA E O SEU MINISTÉRIO

É ponto assente na Teologia católica que a Igreja tem uma missão a exercer — continuar a ministério de Jesus Cristo — que consistia em «servir e não em ser servido». A Cristo há-de ir Ela beber a fonte de inspiração para o exercício das suas funções.

Cristo exerceu o seu ministério na linha das funções desempenhadas no A. T.. O *sacerdócio*, o *profetismo* e a *realidade*, que aí aparecem em separado, encontram-se conjuntamente na pessoa de Jesus Cristo.

O Vaticano II utilizou muitas vezes esta trilogia: «sacerdote, profeta, rei (pastor)» para descrever a missão de Cristo e da Igreja.

Todos os ministérios incluídos nesta trilogia são interdependentes e, embora todos presentes em Cristo, não existem todos num só membro da Igreja, mas na Igreja inteira.

Mais ainda. Numa visão conciliar de Igreja, todos os homens de certo modo com ela se relacionam. Por isso, os Sínodos dos Bispos em 1971 e 1974 admitiram que alguns serviços prestados aos homens, na linha da libertação, por homens honestos e de boa vontade, podem ser considerado serviços de Igreja porque aplanam caminhos para a salvação.

Esta visão conciliar arejada e corajosa conduz-nos inevitavelmente a algumas conclusões:

- a) Melhor reorganização dos ministérios, no interior da Igreja, de modo que o seu ministério transpareça claramente exercido através de todos os seus membros.

Não basta fazer desempenhar funções a membros que antes as não exerciam.

É necessário que cada um tome consciência do seu carisma e o ponha ao serviço de todos.

- b) Esta exigência para toda a Igreja, em geral, tem de concretizar-se a nível de comunidades locais. Aí deve evitar-se a separação rígida entre ministérios «internos» (os exercidos no interior da comunidade cristã) e «externos» (os exercidos como irradiação evangélica para fora da comunidade).

Todo o membro duma comunidade cristã deverá consciencializar-se de que, onde quer que se encontre, exerce uma missão de Igreja — *serve a comunidade dos homens*. E isso porque os ministérios são para servir o Evangelho e, só à luz do Evangelho, podem ser entendidos. Se assim não for, corre-se o risco de transformar o «servir» em «ser servido».

2. OS MINISTROS NA IGREJA

- a) Toda a Igreja é «ministerial». É uma comunidade corresponsável na prestação de serviços mútuos. Já se viu como no N. T. toda a comunidade intervinha na concretização da missão eclesial. O Vaticano II não se cansa de recordar a necessidade de:

- uma acção comum: L. G. 32, 38;
- uma participação de todos: L. G. 31, 36;
- no múnus sacerdotal, profético e real de Cristo: L. G. 31, (37).

Também a Conferência dos Bispos franceses, em Novembro de 1973, falou da «Igreja toda ministerial».

Esta expressão marca uma mudança: do ministério dos presbíteros para os ministérios de todos os cristãos. A melhor organização dos ministérios será aquela que melhor consiga tornar a comunidade toda activa e responsável em cada um dos seus membros.

b) Responsabilidades diferentes segundo os diversos ministérios

Basicamente, a Igreja de hoje é a mesma que se descortinava nos textos do N. T. por nós examinados. Aí o papel de «apóstolo», «profeta» e «doutor» eram fundamentais. Eles continuam fundamentais na Igreja de hoje. A Evangelização continua a ser necessidade prioritária nos tempos que correm. O mundo de hoje é um mundo de costumes cristãos, mas de coração e cabeça paganizados. A reconversão não é possível sem se criar, de novo, forte impacto do Evangelho na vida dos cristãos.

Por isso mesmo, o acordar da Igreja para a sua função ministerial terá de ter em conta este princípio. E quer os ministérios sejam em *sentido amplo*, como actividade dum cristão para edificação evangélica da comunidade, sem qualquer formalidade institucional, quer o sejam em *sentido estrito*, como tarefas expressamente confiadas pela Igreja aos seus membros, pela via da *instituição*, todos eles terão de ser exercidos como serviço de evangelização.

Paulo VI, na carta «Ministeria quaedam» de 15 de Agosto de 1972, definiu a disciplina dos «ministérios não ordenados» e daqueles que, *anteriormente*, eram considerados «ordens menores».

Segundo este documento:

Continuam a existir, na Igreja latina, os ministérios de *Acólito* e *Leitor*.

Estes ministérios são conferidos por *instituição* e não por ordenação, podendo ser confiados a leigos.

Como *ministérios ordenados* permanecem o Diaconado, o Presbíterado, o Episcopado.

Mas as Conferências Episcopais podem instituir, de acordo com a Santa Sé, outros ministérios não ordenados.

Há, por conseguinte, possibilidade de instituir novos ministérios.

À primeira vista, a questão da instituição poderá não ser prioritária. Mas quando a comunidade reconhece a sua necessidade, sem perder o espírito carismático que sempre a deve animar, revela maturidade e estabilidade.

Nem todos os ministérios, porém, se inscrevem, necessariamente, em normas de antemão estabelecidas pela tradição e autoridade da Igreja. A comunidade, sempre atenta aos dons espirituais, deve reconhecer os dons de Deus onde eles existem e encaminhá-los para o bem comum, mesmo que para isso não haja instituição.

- c) Estas considerações ultimamente feitas podem fazer-nos reflectir em várias coisas:
- as comunidades vivas hão-de exigir por si mesmas a criação dos ministérios de que carecem, e, atentas aos carismas dos seus membros, deverão intervir na escolha dos seus ministros;
 - embora a Carta citada de Paulo VI não preveja a *instituição* do ministério de Leitor e Acólito para mulheres, não parece que alguma coisa impeça o exercício delas nesses ministérios, mesmo sem instituição, ou que se lhes confiem outros, mesmo com *instituição*, ou pelo menos por uma forma de investidura;
 - se uma coisa é o ministério e outra coisa é o dom carismático, que haverá, teologicamente, que possa impedir a ordenação de homens casados, por isso sem o dom carismático do celibato?

3. O CASO DOS «DIÁCONOS» (L.G. 29)

Não interessa muito, do ponto de vista dos considerandos teológicos, descer ao pormenor das coisas que podem dar-se a fazer ao Diácono. A sua própria vocação lhe define as tarefas e o Concílio Vaticano II confirmou-as. A Liturgia e a Pastoral exigem, porém, que digamos algo sobre elas.

a) *Há uma diaconia litúrgica*

O aspecto litúrgico, apesar do desaparecimento do Diácono como tal, foi de todas as diaconias, o que conservou mais vivo o seu papel.

Mesmo sem haver «diáconos», os presbíteros macaqueavam as suas funções na chamadas *missas solenes* e «a *pino*».

O Concílio indica várias funções litúrgicas atribuíveis ao Diácono:

- celebrar solenemente o Baptismo
- conservar e distribuir a Eucaristia
- assistir e abençoar o Matrimónio
- administrar o Viático
- celebrar sacramentais
- officiar nas exéquias.

Com todas estas funções litúrgicas facilmente se entende da utilidade e valor da presença dos diáconos em paróquias extensas e com movimento litúrgico múltiplo.

O seu significado litúrgico, porém, aparece muito mais profundamente no serviço do altar. Ele é o *levita* do celebrante e o intermediário entre o altar e a assembleia. A ele competirá:

- servir o altar, de modo solene, na Missa dominical, exercendo aí o seu papel todo;
- ordenar os serviços litúrgicos dos vários outros ministérios, formando a comunidade litúrgica.

b) *Há uma* diaconia da Palavra

O Código permitia ao Diácono pregar (can. 1342 § 2).

A Constituição L. G. confirma e amplia esta tarefa.

Compete-lhe: ler a Escritura aos fiéis; instruir e exortar o Povo; presidir ao culto e às orações dos fiéis.

É claro que, se esta diaconia da Palavra é exercida na Liturgia, não tem que ser separada dela como serviço independente. Mas a diaconia da palavra pode tomar diversas formas, mesmo fora da Liturgia:

- Ensino religioso em todos os aspectos e a todos os níveis;
- Catecumenato de Adultos;
- Apostolado de Evangelização e Catequese em movimentos de juventude e outros.

Nem se veja nisto qualquer perigo de avançar pelas funções do Presbítero. Com efeito, «as necessidades da Igreja é que ditam, no concreto, as funções que devem ser exercidas por um ou por outro.

c) *Há ainda uma* diaconia da caridade

- O «serviço das mesas» aparece desde a primeira hora na instituição dos «Sete». No século III, o diácono S. Lourenço é intendente dos bens da Igreja a favor dos pobres.

Esta função importante, mas cheia de dificuldades foi uma das causas do desaparecimento do Diaconado permanente. De tal função diaconal nada ficou no Código.

- Na ausência dos Diáconos foram, geralmente, as ordens religiosas quem assegurou o serviço da caridade.

— Hoje, o Diácono deveria assumir, de novo, esta função. O intermediário entre o altar e a assembleia deveria ser o «sacramento visível» da repercussão caritativa que a celebração eucarística implica e contém.

Isto não significa que o «serviço dos pobres» fosse monopólio seu. Mas o Diácono seria, por força da sua vocação, o seu natural coordenador.

d) *Há, finalmente, uma diaconia de administração*

Não compete aos Presbíteros administrar os bens materiais da comunidade.

Mas os Presbíteros precisam de viver e de dirigir as obras que carecem de administração.

Como seria claro, neste contexto, o papel do diácono especialista, de que à frente falarei. Diácono, simplesmente Diácono, administrador dos bens da sua família e dos bens da comunidade cristã. Assim, e a partir das tarefas apontadas, várias figuras de Diácono poderão surgir:

- celibatários ou não, conforme o dom recebido;
- a tempo inteiro ou parcial, conforme as disponibilidades do candidato e as necessidades da comunidade;
- instruídos superiormente ou medianamente, de harmonia com as missões que tenham de desempenhar;
- dependentes do Pároco ou do Bispo, conforme as tarefas que desempenha sejam a nível paroquial ou diocesano;
- exercendo ministérios de diversas categorias:
 - como simples auxiliar do Pároco: Diácono polivalente;
 - como especialista para o desempenho dum serviço num determinado sector paroquial ou diocesano;
 - como chefe de comunidade, preferencialmente em estado catecumenal, exercendo funções de precursor do Presbítero.

e) Impõem-se, assim, algumas conclusões a respeito do Diaconado:

- o Diácono tem um lugar próprio na vida da Igreja: não é concorrente do Presbítero nem seu substituto. Também não é substituto dos leigos.
- É o intermediário entre o altar e a assembleia.
- «Serve o povo de Deus nos ministérios da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o Bispo e o seu presbitério» (L. G. 29).

4. OS OUTROS MINISTÉRIOS «NÃO ORDENADOS»

- a) Já se disse atrás que, segundo a carta «Ministeria quaedam», os ministérios de «Acólito» e de «Leitor» podem ser conferidos a leigos por «instituição». Aí se afirmou também que as Conferências episcopais podem criar novos ministérios.
- b) Todos conhecemos as «investiduras» de ministros para a distribuição da Eucaristia e a «colacção» da missão de catequistas usadas em algumas comunidades.

Citando o P. Congar, poderíamos distinguir três níveis nestes e em todos os ministérios existentes ou a existir na vida das comunidades:

α) O nível de *dons* e dos *serviços ocasionais*

Estariam neste nível, por exemplo: a mãe de família que prepara, pela catequese, um grupo de crianças para a primeira comunhão; o animador da Liturgia ou qualquer interveniente nos vários serviços litúrgicos; o casal que trabalha na preparação de noivos para o casamento; etc.

β) O nível dos *carismas* ou de *serviços mais estruturados*

E a este nível se incluiriam todas as «diaconias» com carácter permanente, ainda que dispensando a ordenação diaconal. Será o caso do «Leitor», «Acólito», etc.

γ) O nível dos *ministérios ordenados*

Será o caso dos Bispos, Presbíteros e Diáconos.

c) *A partir destes níveis vamos fazer algumas considerações:*

α) Que tipos de acções poderão considerar-se como exercício de *ministérios*, instituídos ou não?

- Serviços hospitalares exercidos por religiosos (as) ou por cristãos conscientes do seu serviço à comunidade. Podem aproximar-se do *dom* das curas.
- Serviços de partilha de bens (emigração, obras de caridade, acção sindical e política, etc.) perfeitamente relacionáveis com o «serviço das mesas».
- Serviços perféticos, serviços apostólicos, serviços de ensino, exercidos à luz dos apóstolos, profetas e doutores da Igreja primitiva.

— Serviços instituídos para a comunidade:

— Presidir	Do Bispo
— Pastorear	Do Presbítero
	Do Diácono

β) As acções indicadas como «ministérios» eram genéricas e vagas. Apenas forneci alguns exemplos concretos para entendermos, na generalidade, o que são os ministérios.

Porém este nome só deveria verdadeiramente aplicar-se a tipos de serviços verdadeiramente «qualificados».

Por tais serviços «qualificados» entendemos determinadas acções revestidas das seguintes características:

- Serviço *determinado e preciso*; ex: catequese escolar;
- Serviço de *importância vital* (muito útil à vida da Igreja: ex: serviço litúrgico, serviço dos pobres, missão dum meio);
- Serviço de *verdadeira responsabilidade*.
Quem o desempenha responde a Deus e à Igreja directamente, em função do seu ministério e não como executor de serviços cuja responsabilidade é do Presbítero ou do Bispo.
- Serviço *reconhecido pela Igreja local*.
Espécie de «investidura» em que a comunidade toma consciência do serviço que aquele ministro lhe vai prestar.
- Serviço com *certa duração* que implique um grau acentuado de estabilidade.

Acrescente-se que os ministérios podem ser exercidos por indivíduos ou grupos, de forma espontânea ou por solicitação dos mais Responsáveis pela comunidade.

γ) *Finalmente, uma palavra sobre a vida religiosa, neste contexto ministerial*

Não é aqui o lugar para falar da vida religiosa.

De resto, tudo o que se disse dos ministérios, tem que ver com os religiosos de maneira muito acentuada.

Supõe-se antes de mais que o «dom» da sua vocação foi abraçado por amor do Reino de Deus.

Mas, importa focar um aspecto, particularmente importante, relativo aos ministérios no seu nexos com a vida religiosa.

A vida religiosa é um «dom carismático» feito por Deus à Igreja. Isso não implica, como já se notou, que seja, só por isso, um ministério. Todavia o «carisma» religioso tem levado, no decorrer dos séculos, muitas famílias religiosas a praticar algumas tarefas ministeriais na Igreja na linha da caridade, na linha do serviço da palavra, na linha do serviço das curas, na linha eminentemente característica da vida religiosa, pelo testemunho carismático da vivência dos conselhos.

Não se pode, por isso, ignorar esse conjunto de carismas que a vida religiosa incarna.

Nem os religiosos podem esquecer que os dons que Deus lhes concedeu são para serviço da comunidade, quer como simples carismas, quer como ministérios devidamente exercidos.

Conclusão

Após as considerações aqui desenvolvidas, resta que este Encontro de Liturgia vos faça entender quais são os vossos carismas e quais são, possivelmente, os ministérios que vós mesmos, ou outros membros das comunidades a que pertenceis, deveis assumir.

A Teologia diz-nos que a Igreja verdadeiramente viva, activa e empenhada com o Evangelho, precisa de serviços ou ministérios. Diz-nos ainda que todo o ministério é um carisma (dom feito à comunidade). Acrescenta que todo o membro da comunidade é responsável pelos serviços eclesiais e que a comunidade deve estar atenta aos carismas e às necessidades dos ministérios. Mais. Ela reconhece a intervenção da assembleia como um elemento indispensável na escolha dos seus ministros. Com a luz do Espírito e a intervenção dos primeiros responsáveis pela comunidade, há que criar ministérios sempre que eles urjam. A partir daqui, a Pastoral e a Liturgia que façam as suas deduções. E que esta assembleia eclesial saiba revitalizar os ministérios existentes no seu seio; esteja atenta ao Espírito que lhe dá a criatividade de novos ministérios, conforme as necessidades; e os exerça a todos numa verdadeira disponibilidade de serviço para bem dos homens, com o empenhamento apostólico, profético e litúrgico que transparecem do interior das comunidades bíblicas.

MANUEL MADUREIRA DIAS

APONTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

De entre as muitas obras sobre o tema, apresentam-se algumas que, uma vez consultadas, darão uma ideia muito mais ampla e profunda daquilo que aqui, sinteticamente, se expôs. Não é uma bibliografia exaustiva, nem possivelmente a melhor. É sim, a que foi consultada.

- 1 — ANTONIAZZI, Alberto, *Os ministérios na Igreja hoje*, Petropolis, 1975.
- 2 — BARAÚNA, Guilherme, A Igreja do Vaticano II, Vozes, 1965, artigos de Smedt, van Leeuwen, Schurmann, Kerkvoorde, Winninger.
- 3 — CONGAR, Yves, *Ministères et communion ecclésiale*, Cerf, Paris, 1971.
- 4 — DELORME, Jean e outros, como LEMAIRE, DORNIER, GEORGE, *Le ministère et les ministères selon le Nouveau Testament*, Seuil, Paris, 1973.
- 5 — EQUIPA DE TEÓLOGOS, *Os ministérios*, tradução do francês por Manuel de Aguiar, Edições Paulistas, Apelação, 1975.
- 6 — KUNG, Hans, *a Igreja*, tradução do Alemão, Moraes, Lisboa, 1969.
- 7 — LEMAIRE, André, *Dos serviços aos ministérios*, em Concilium, n.º 80, 1972/10.
- 8 — LEPARGNEUR, Hubert, *Os leigos na Igreja particular*, Petrópolis, 1976.
- 9 — MGR PHILIPS, *L'église et son mystère*, Desclée, Lovaina, 1966.

OS VÁRIOS MINISTÉRIOS DA MÚSICA NA LITURGIA

INTRODUÇÃO

É já lugar comum afirmar que a música da maior parte das celebrações litúrgicas, em Portugal, apresenta graves deficiências. Canta-se mal. A maior parte das músicas que se executam não tem valor musical nem litúrgico. A maior parte dos instrumentistas não está preparada nem musical nem liturgicamente. Há gestos pretensamente apostólicos de aceitação na liturgia de géneros de música, de instrumentos e de grupos, ditos adaptados, mas se fizermos um sério exame de consciência, mais não são do que gestos demagógicos, publicitários e às vezes comerciais. A Radiotelevisão e a Rádio, sobretudo a Rádio Renascença, dão-nos nesse campo exemplos que mais degradam do que formam a sensibilidade litúrgico-musical dos fiéis. Tudo isto com o silêncio total ou quase total das autoridades competentes. Há, é certo, uma ou outra voz que se levanta para apontar outra coisa. Esse é idealista, não conhece a vida.

Ouvimos dizer, muitas vezes, a modos de explicação deste estado das coisas, que somos pobres e que as coisas entre nós têm de ser assim. Comodista (apetece-me dizer «blasfema») a interpretação da palavra Pobreza, a ocultar falta de solicitude e de sentido positivo da responsabilidade.

Por paradoxal que pareça, a doutrina da Igreja orienta essencialmente noutro sentido. Há muitas pessoas que estão, hoje, na disposição de oferecer algum do seu tempo e do seu saber para que tudo corra melhor e há já realizações bem sucedidas daquilo que a Igreja e o bom senso propõem.

Evidentemente, o índice cultural do nosso país é deficiente. Esta carência, porém, não me parece tão fatal como isso. Eu penso que não pode deixar de ser denunciada uma das causas mais verdadeiras deste

estado de coisas. Somos nós os padres, os religiosos e, porventura, os nossos bispos, que não conhecemos e por isso não acreditamos, de facto, na capacidade de animação que a Música bem orientada pode oferecer à Liturgia, por outras palavras, não acreditamos na função ministerial da Música na Liturgia. Dado que efectivamente temos uma influência muito decisiva sobre os cristãos portugueses, o nosso desconhecimento e a nossa descrença são-lhes transmitidas.

É que, a Música na Liturgia está longe de se esgotar no conhecimento das notas musicais, em cânticos novos e adaptados. Música Litúrgica tem muito a ver com uma vivência místico-cultural. E isso não se aprende, não é conclusão de teorias porventura complexas ou de sucesso fácil. Isso vive-se.

Como músico só da Igreja que desejo ser, dói-me profundamente (e nessa dor há um vivo protesto) que nas instituições que formam os padres e os religiosos portugueses de hoje, a cadeira de Música Litúrgica não seja integrada, de forma esclarecida, na preparação humana e pastoral dos alunos.

Como também não entendo que os nossos bispos tenham cessado de enviar pessoas a uma preparação de Música Litúrgica fundamentada. Reparem que, nestes encontros nacionais, (estamos no 4.º) são sempre *as mesmas vozes* que vos falam de Música Litúrgica.

Tudo o que irei dizer pressupõe estas considerações.

Direi primeiramente que os leigos podem encontrar, no campo da Música Litúrgica do nosso tempo, uma actividade verdadeiramente eclesial, e, em seguida, falarei exclusivamente em dois processos de exercer essa actividade:

OS COROS e o ANIMADOR DA ASSEMBLEIA.

Em tudo isto, vou permitir-me trazer para aqui alguma da experiência directa que vou fazendo como membro do Serviço Diocesano de Música Litúrgica do Porto.

I — Corresponsabilidade eclesial

— Alguns princípios clarificadores do lugar do leigo na vida da Igreja.

I — A nível teológico e até a nível concreto de experiência da Igreja, este último século tem sido de reabilitação do Sacerdócio Universal na Igreja Católica, superando-se assim a posição protestante — exclusão do sacerdócio ministerial — e o radicalismo da atitude católica — Igreja fortemente institucionalizada e confiada na estrutura clerical.

2 — Se o equilíbrio entre os dois sacerdócios está obtido a nível teológico, resta todo um trabalho de dedução das consequências de tais princípios doutrinários: este trabalho é contrariado pela multissecular inércia clerical da Igreja e mesmo pelo medo, às vezes contra o Espírito Santo, de tentar o futuro.

3 — Parece que urge voltar ao estado de dinamismo das primeiras comunidades cristãs (salientamos em especial, a comunidade paulina de Corinto) em que os Sacerdócios estavam menos extremados e agiam mais em comunhão, porque temperados pelos carismas e pela acção de um só e mesmo Espírito.

4 — É por isso que não basta investigar a essência da vocação cristã, mesmo levando a sério todas as consequências do Baptismo. Andamos nesse trabalho há muito tempo e há coisas que, pelo menos aparentemente, não têm melhorado. Porquê a crise da Acção Católica?

É necessário perceber os caminhos por onde o Espírito conduz a Igreja e o Mundo. Assim como, nas comunidades dos primeiros séculos, os Apóstolos e seus delegados imediatos estiveram fundamentalmente empenhados na descoberta das aptidões e capacidades de serviço dos cristãos para a edificação da comunidade, assim hoje, são necessárias criatividade, imaginação, fidelidade ao espírito e sentido realista da história presente e prospectiva para sabermos descobrir à luz do Espírito os serviços que a comunidade cristã e o Mundo pedem à nossa Igreja e, depois, para sabermos acertar no dom próprio e na utilidade comum de cada fiel que se lança na realização dos apelos que sente da parte de Deus e do Mundo.

Em face do que acabamos de recordar, poderemos fazer algumas perguntas:

— Como tem sido a formação dos nossos militantes leigos? A quase exclusiva preocupação pela boa vontade, santidade, docilidade na direcção espiritual, etc., tudo isso não terá provocado demasiado amadorismo (com o risco grave de os iludir na sua condição eclesial de leigos?). Recordo a palavra de Rahner, ao exprimir em 1955 o voto de que a Acção Católica não seja a forma de transformar os leigos em sacristães ou meninos do Coro, numa espécie de clérigos de classe reduzida e de tarifa gratuita».

— Faltam vocações. E que vocações tem a Igreja para propôr a quem a quiser servir fora dos moldes clássicos sacerdotais? Que possibilidades de trabalho e realização cristãs temos nós para oferecer aos nossos leigos? Haverá possibilidades de emprego atraente e útil para tantos cristãos que precisam de sentir o interesse e o valor da sua pertença

a uma Igreja que se diz Comunidade? Nós sabemos que a melhor maneira de se ser Comunidade é trabalhar numa Comunidade.

— Certamente que o promover a vocação e o ministério eclesial dos leigos traz problemas de fé, de teologia, de pastoral, e até de política à Igreja. Para nós, padres, é difícil tirar todas as consequências que, neste campo, se impõem, porque, apesar de toda a lucidez de espírito e de toda a coragem, continuamos a ver as coisas do Altar ou mesmo da Cátedra.

— Aceitar francamente a colaboração dos leigos significa, antes de mais, colocar a Igreja em perspectivas evangélicas, mesmo que tenham de ceder e cair as perspectivas clericais. A um leigo deve exigir-se a fé em *Cristo-na Igreja* e não a fé no Direito canónico e na diplomacia da Igreja.

— É preciso ter fé (fé que leva às obras), fé nas possibilidades cristãs, apostólicas e eclesiais dos leigos. Esta fé chama-se respeito pelo que eles sabem, e respeito pelo que eles podem fazer. E perguntamos outra vez: com que verdade e com que frequência recorreremos à peritagem e à sabedoria técnica dos leigos na condução normal da Igreja?

— Para suscitar o desejo dos leigos a trabalharem em Igreja é preciso apresentar-lhes esta como empresa útil, viva, estruturada e planificada que sabe o que quer e por onde terá de passar para conseguir os seus objectivos. Planificação pastoral, exploração inteligente das possibilidades reais e pessoais dos cristãos para uma maior rentabilidade, serviços técnicos de apoio, afectiva colaboração dos Conselhos diocesanos de presbíteros e leigos, religiosos e de pastoral, todos eles com voz activa, passiva e reflexa, tudo isto são condicionamentos pelo menos concomitantes, parece-nos, da decisão do leigo pelo trabalho de Igreja. Ponhamos uma última pergunta: um certo fracasso por aí corrente, ao nível dos órgãos da colegialidade e corresponsabilidade hierárquica da Igreja não será devida, em grande parte, à falta de experiência dos padres em partilhar colegialmente com os leigos das suas paróquias, movimentos ou grupos, as decisões fundamentais? Afinal, nós sabemos que nos une a todos mais o Baptismo do que nos separa a Ordenação.

II — Ministérios laicais

Em 14 de Setembro de 1972, foi tornado público o «*Motu Proprio*» *Ministeria quaedam*, assinado por Paulo VI em 15 de Agosto do mesmo

ano. Este documento foi o resultado dum trabalho que o saudoso papa encomendou à Congregação para a Disciplina dos Sacramentos, em 28 de Outubro de 1968. A citada Congregação, depois de ter consultado os bispos das regiões onde os problemas dos ministérios eram mais prementes, compôs um esquema de carta apostólica que enviou a todas as Conferências Episcopais em 25 de Fevereiro de 1971, dando-lhes seis meses para responderem. Nos princípios de 1972 uma comissão de peritos, depois de se ter debruçado sobre as respostas das conferências e de ter sondado as opiniões dos Dicastérios Romanos elaborou novo esquema de Carta apostólica. Deste trabalho saiu o «*Motu Proprio, M. quaedam*», que vulgarmente é conhecido por documento sobre os ministérios laicais.

Ministeria quaedam apresenta dois Ministérios: leitor e acólito.

O Leitor deve considerar-se vinculado ao Ministério da Palavra. Assim compete-lhe:

1 — Proclamar, nas celebrações litúrgicas, as leituras da Sagrada Escritura, excepto a do Evangelho.

2 — Proclamar, na ausência do Salmista, o Salmo Responsorial.

3 — Apresentar as intenções da Oração dos fiéis, desde que não haja Solista nem Diácono.

4 — Dirigir o Canto e a participação da Assembleia.

5 — Providenciar para que os fiéis recebam dignamente os Sacramentos.

6 — Preparar os fiéis que proclamam, ocasionalmente, as leituras da S. Escritura nas celebrações litúrgicas.

Pondo de lado considerações expressas sobre o Ministério do Acólito, gostaríamos de relevar as incidências eclesiais deste documento.

1 — O documento não restaura apenas os ministérios de Leitor e Acólito. Recria-os.

2 — Os pressupostos ideológicos deste documento inserem-se e derivam directamente da Teologia renovada do Leigo na linha da Dinâmica Comunitária da Igreja preconizada pelo último Concílio.

3 — O documento não toma como ponto de partida a ideia de que todo o ministério da Igreja é Ministério Sacerdotal, nem aceita que os Ministérios laicais devam ser entendidos como uma espécie de nova cléricatura.

4 — A restauração-recriação dos Ministérios laicais não é devida à diminuição das vocações sacerdotais, nem aparece como uma tentativa de solução de problemas que ficam em aberto devido aos numerosos afastamentos sacerdotais. Se assim fosse, os leigos exerceriam uma

função supletiva à espera de melhores dias. Formariam uma espécie de clero auxiliar.

5 — Pelo contrário, estes Ministérios são próprios dos leigos. Com eles «transparece melhor a distinção entre padres e leigos», isto é, entre o que é próprio e reservado aos padres e aquilo que compete originalmente aos leigos.

6 — Os ministérios restaurados e recriados por «Ministeria quaedam» correspondem ao exercício de outros tantos carismas, dados para um serviço eclesial concreto, serviço que deve ser estável e reconhecido oficialmente, em razão da responsabilidade que ele confere.

7 — Uma grande e importante linha de índole pastoral se adivinha na redescoberta destes Ministérios: a abertura para a Invenção e Criatividade doutros Ministérios.

As Conferências Episcopais poderão propôr à Santa Sé a criação doutros Ministérios que elas julgarem oportuno promover. Por ex: serviços de animação litúrgica, de ensino, de caridade, etc. De resto, é fácil verificar que tanto no Ministério de Leitor como no de Acólito estão embrionariamente detidas funções que podem dar origem a outros ministérios.

— A primeira Conferência Episcopal que da forma mais activa e sã reagiu a este documento foi a dos Estados Unidos.

Depois da sua reunião anual de 12 a 16 de Novembro de 1973 resolveu pedir à Santa Sé que fosse instituído o Ministério do Responsável pela Música Litúrgica (Minister of Music) — ministério litúrgico análogo ao de Leitor e de Acólito. Esse ministério (palavras textuais) «engloba um certo número de funções suficientemente distintas para merecer um reconhecimento formal. A saber:

- a) A do Salmista que executa o Salmo responsorial e que é distinto do leitor.
- b) A do cantor que executa os Salmos dos cantos processionais e os diversos cânticos responsoriais.
- c) A da pessoa que dirige os cânticos e os hinos da Assembleia.
- d) A do chefe ou director do Coro.
- e) A do organista.

Para as pequenas paróquias uma mesma pessoa poderá encarregar-se de todas estas funções. Nas grandes comunidades, o director do Coro, o Organista e o Salmista poderão ser instituídos Ministros da Música».

III — A Música na Liturgia implica vários serviços

Os documentos últimos da Igreja têm sido claros ao fundamentarem a presença da Música na Liturgia sob a perspectiva da ministerialidade.

A Música já não é um ornamento, não é um contributo para a magnificência e solenidade duma acção litúrgica. Ela é, antes de tudo, uma potenciação de todos os gestos e de todas as atitudes, e de todos os gemidos de alma — próprios de uma celebração. E é por isso que ela exerce um verdadeiro ministério: ela serve para a ampliação, para o aprofundamento de tudo o que se faz. E nisso, nada no mundo pode mais do que ela. Ouçamos o cap. V da *Musicam Sacram*:

«A acção litúrgica adquire uma forma mais nobre quando se realiza com canto, cada um dos ministros desempenha a sua função própria e o povo participa nela. Desta maneira, a oração toma uma forma mais penetrante; o mistério da Sagrada Liturgia e o seu carácter hierárquico manifestam-se mais claramente; mediante a união das vozes alcança-se uma mais profunda união dos corações; pela beleza do sagrado, mais facilmente o espírito se eleva ao invisível; finalmente toda a celebração prefigura com mais clareza a Liturgia Santa da nova Jerusalém». A Música é efectivamente capaz de fazer tudo isto. Se o faz, de facto, ela já não é uma música qualquer, ela é Música litúrgica.

Para que a Música exerça uma função ministerial, como acima se diz, é preciso atender a uma grande quantidade de aspectos que passamos a descrever: há uma série de problemas que a Música na Liturgia pressupõe.

— Problemas de espaço, de luz, de visibilidade, de decoração, e sobretudo de acústica.

— A instalação tem de estar em ordem juntamente com os microfones (há microfones para falar e microfones para cantar). O estado e a qualidade dos instrumentos não devem oferecer dúvida. Há livros de cânticos ou folhas volantes que é preciso preparar e depois distribuir.

— É preciso que haja uma inteligente e séria coordenação dos diversos actores da celebração: presidência, leitores, acólitos, coro, instrumentistas, director do canto, etc.

— É preciso que os cânticos tenham qualidade musical (sejam escritos segundo as regras da Composição) e qualidade litúrgica, isto é, sejam adaptados aos diversos tempos litúrgicos e conformes às diferentes situações rituais.

— As diferentes formas musicais — cantilação, aclamação e hino — devem ser respeitadas quer pelos compositores quer pelos executantes.

— É preciso ver quando e como se vão ensinar e ensaiar os novos cânticos — nos aspectos de texto e nos aspectos musicais. É preciso distinguir porque se canta ou porque se guarda silêncio. Respeitar as crianças, jovens, adultos, velhos, mundo rural e urbano.

— É necessário garantir uma participação plena, activa e consciente. Na escolha dos cânticos é preciso ter em conta a idade, a condição, a sensibilidade, o nível de cultura religiosa dos fiéis.

— É preciso testemunhar seriedade no trabalho musical dentro da Liturgia: a qualidade musical e litúrgica dos cânticos deve ser incontestável, a execução e afinação correctas, a direcção grave e eficiente, a música instrumental, como acompanhamento ou solista, digna e sem defeitos técnicos.

— É preciso conhecer a tradição musical da Igreja, os géneros e os estilos da Música Moderna que não podem entrar na Liturgia, para que se possa distinguir entre cânticos litúrgicos e não litúrgicos, etc., etc.. Uma série de problemas e de serviços que precisam de ser assumidos em cada paróquia, em cada celebração.

IV — O coro exerce um autêntico ministério

Como? A *Musica Sacram* (19) diz assim:

«O Coro — ou capela Musical ou schola Cantorum — merece uma atenção especial pelo Ministério litúrgico que desempenha. A sua função, segundo as normas do Concílio relativas à renovação litúrgica, alcançou agora uma importância e um peso maiores. Ele assegurará a justa interpretação das partes que lhe pertencem conforme os diversos géneros de canto e promoverá a participação activa dos fiéis no Canto».

Falemos um pouco dos Coros. Para exercer com zelo o ministério litúrgico que lhe é próprio, o Coro procurará:

a) Sustentar, corrigir, encorajar e provocar o canto do Povo. Como?

— Estando mais cedo do que a hora de início da celebração afim de ensinar ao Povo como se canta (isto é muito importante, quando se ensaiam cânticos novos à Assembleia);

— Aceitando, de vez em quando, estar disperso pela Assembleia para ajudar directamente os membros da Assembleia no canto.

b) O Coro dialogará com o Povo. Nos cantos processionais, ele executará, (a vozes, se possível) os versículos do Salmo, o povo responderá com refrães ou antífonas.

c) O Coro poderá revestir de polifonia as Aclamações ou alguns cânticos cujas melodias principais são contadas pelo Povo: no caso do Aleluia, do Amen, e do Santo, sobretudo.

d) O Coro poderá encarregar-se dalgumas partes que são demasiado difíceis para o Povo: Glória, por exemplo.

e) Se o Coro tem possibilidades, nada impede que apresente um trecho de polifonia clássica, (por ex: no Ofertório, ou mesmo no princípio ou fim da celebração), como testemunho de que a Celebração integra a arte e a sabedoria dos homens e de que a Igreja é de ontem, de hoje e de amanhã.

f) O Coro deve ser possuído de um alto e nobre sentido de responsabilidade litúrgica e musical. A experiência diz-nos que quanto mais um Coro é, efectivamente, Pedagogo da Assembleia, mais se eleva o nível qualitativo da participação plena, activa e consciente da respectiva Assembleia. Por tudo isto, facilmente vemos que a formação de um Coro não pode ser encarada com leviandade. Permitam-nos que digamos o que pensamos a este respeito.

Uma das missões dos pastores (desempenhada directa ou indirectamente) é a formação do povo no canto litúrgico, uma educação desenvolvida «séria e pacientemente, segundo a idade dos fiéis, a sua condição, o seu género de vida e o seu nível de cultura religiosa» (Inst. *M. Sacram*, N.º 8). Nesse trabalho de educação, fácil será concluir que na Assembleia há pessoas com capacidade e gosto para cantar, com alguma disponibilidade para ensaios e encontros de formação litúrgica (a que não faltam ainda que tenham muito que fazer), e com sensibilidade cristã para assumirem uma função de serviço aos outros pelo Canto. Estas pessoas poderão ser chamadas e ser-lhes-á proposto se querem ou não constituir-se em Coro dessa Assembleia, se aceitam ou não servir uma determinada Assembleia através do Canto. Depois deste primeiro trabalho ter-se-ão em conta algumas orientações:

a) Um Coro não deve ser imposto a uma Assembleia, deve partir dela para a servir.

b) Um Coro não pode ser um grupo «snob» de pessoas que gostam de dar nas vistas e que se melindram por serem justificadamente chamados à atenção.

c) Num Coro deve exercitar-se a amizade sã, o respeito mútuo que se manifesta sobretudo pela pontualidade, assiduidade e bom comportamento.

d) Um Coro não pode fechar-se no seu repertório, seja a que título for, esquecendo que o Povo tem o dever e o direito de participar na celebração comum «activa, plena e conscientemente».

e) O Coro deve abrir-se a uma verdadeira formação musical, litúrgica e espiritual que o torne capaz da sua função litúrgica, emprestando às celebrações uma experiência de beleza e aos fiéis um excelente exemplo (M. S. 24).

f) Na celebração, o Coro deve testemunhar, com toda a clareza, que existe em função da Assembleia, mesmo que execute algum cântico, sem a intervenção formal do Povo.

g) O responsável pelo Coro deve pertencer à Equipa de Liturgia paroquial e, nela, ter um lugar de relevo. Deverá estar em ligação, ainda, com outros responsáveis de grupos corais paroquiais para que a sua acção possa ser concertada, a nível de zona ou região. Eis o que pensamos, de forma sumária, relativamente à formação dum Coro.

I — *E qual há-de ser o lugar do Coro?*

O grupo de cantores há-de ter em conta a arquitectura e a acústica da Igreja. Para além disso, ele há-de ocupar um espaço de tal forma:

a) Que a todos pareça que o Coro, por um lado, faz parte da Assembleia e, por outro, tem nela uma função litúrgica especial a desempenhar. Por isso, o grupo de cantores não se colocará, em princípio, no chamado coro alto, nem em lugar que o separe da Assembleia ou o evidencie em demasia.

b) Que permita aos elementos do grupo o cumprimento da sua função litúrgica. Por isso, eles não devem ocupar um lugar que os impeça de seguir a acção litúrgica ou de comunicar facilmente com a Assembleia ou o responsável da mesma.

c) Que não dificulte o movimento dos cantores, em alguns momentos das celebrações. Por ex: na ida à comunhão ou na participação dalguns ritos processionais.

Não resta dúvida que os Coros, se assumirem seriamente a sua função e a sua responsabilidade, exercem um precioso serviço, na Comunidade, exercem, por outras palavras, um autêntico ministério. É por isso que a palavra da Igreja continua (mesmo contra alguns que, superficialmente, viam nos Coros uma dificuldade para a participação): cuidar-se-à com diligência dos grandes Coros das Catedrais, dos mosteiros, das basílicas e das Igrejas maiores. «É igualmente oportuno estabelecer tais Coros, mesmo modestos, nas igrejas menores». Onde não houver possibilidade de formar ao menos um pequeno Coro, que um ou dois cantores *bem formados* possam assegurar alguns cânticos mais simples com a participação do povo e dirigir e sustentar o canto

dos fiéis. E noutro lugar se diz: «Entre os fiéis, sejam formados no canto sagrado, com especial cuidado os membros das associações religiosas de leigos, de modo que possam contribuir mais eficazmente para a conservação e promoção da participação do povo».

V — O animador de Música Litúrgica

Temos vindo a verificar a multiplicidade de recomendações e de votos que a Igreja tem apresentado nos seus documentos. Nós mesmos tentámos, há momentos, elencar uma série de problemas e de serviços que a Música provoca pelo facto de ter uma função ministerial na Liturgia. Os Coros resolvem só uma parte desses problemas. Pensamos, por isso, que se torna necessário buscar outras soluções para esta situação.

A teologia conciliar sobre as aptidões e capacidades eclesiais do leigo, o dinamismo do *Ministeria quaedam* que aponta para a criação e invenção de novos ministérios, a criação do Ministério de Responsável pela Música na Liturgia, nos Estados Unidos, a extraordinária tradição dos Mestre-Capela tão numerosos nos países nórdicos e hoje renovada e superiormente adaptada, a igualmente gloriosa tradição dos organistas dos países latinos (em que Portugal não faz excepção: os milhares de órgãos de tubos, hoje em ruínas tiveram bons organistas; hoje não os há), a figura prestigiosa do Cantor na Igreja Protestante, o interesse generalizado pela Música, sobretudo entre a gente jovem, levam-nos a interpretar as frequentíssimas referências dos documentos da Igreja à importância e seriedade da Música na Liturgia no sentido de que importa quanto antes delinear uma figura que exerça o ministério de assumir, em primeira mão, a responsabilidade da Música na Liturgia. Apetece-nos dizer que essa figura está debaixo da língua da Igreja, quando Ela fala ou escreve sobre o lugar da Música na Liturgia.

Arriscamos, por isso, apresentar um projecto daquilo que queremos chamar (o nome é secundário) Animador de Música Litúrgica. Diremos o que pensamos sobre o que deve ser um Animador de Música e, depois, em que se desdobra a sua responsabilidade.

O Animador de M. L. não é necessariamente o director do Coro (embora, em parte dos casos tenha de ser). É que a direcção dum Coro põe problemas técnicos muito especiais conforme se canta polifonia, canto gregoriano ou música moderna. Por outro lado, as técnicas de direcção eficientes para um grupo de 30 ou de 40 pessoas (um Coro) não são necessariamente aplicáveis a uma Assembleia constituída por

algumas centenas de pessoas. É mesmo frequente um bom director de Coro não dirigir bem uma Assembleia. O Animador de M. L. não é o comentador, (também aqui, por necessidade, as duas funções podem coexistir, provisoriamente, na mesma pessoa).

Animador de M. L. é antes de mais uma pessoa que, segundo uma expressão da *Musica Sacra*, deve dirigir e sustentar o canto dos fiéis. O Animador não é portanto uma espécie de metrónomo (isso deve ser o director de Coro) que marca o compasso diante da Assembleia, como se ela fosse um Coro ou uma Orquestra. O Animador tem uma função especial: ele terá de fazer com que o Coro, a Assembleia, e os instrumentos digam mais do que as notas musicais escritas; ele terá de dizer o que não está escrito em nenhuma partitura, pois terá de introduzir todas essas pessoas naquela zona espiritual na qual a música, depois de entrar, terá de calar-se para dar lugar ao encontro vital com Deus. Ele não dirige apenas a música, ele informa a oração da Assembleia pelo Canto. E isto, dito de forma tão simples e resumida, põe problemas sérios. Vejamos:

1 — Se o Animador é a segurança da Assembleia, explicita-o no canto — canto que deve transformar-se em vivência de fé. Se o Animador existe para ajudar os outros a rezar, ele próprio deve ser o primeiro a rezar, a confrontar a sua Missão com o desígnio de Deus.

2 — Um padre pode presidir à Eucaristia validamente mesmo se ele tem um temperamento desagradável e se é mal humorado. Um Animador, pelo contrário, se quer dirigir com eficiência uma Assembleia, deve ser dotado dum temperamento *equilibrado*, deve ser aceite pela Assembleia. O Animador deve assumir um papel de crítico construtivo em relação à Assembleia. Ele não dirige uma máquina, mas um conjunto de pessoas vivas e dependentes de tantas coisas: da temperatura, do humor com que vieram de casa, do bom ou mau acolhimento que receberam ao chegar à Igreja, etc., etc.. O Animador, por isso, tanto atrasa o Canto que começa a precipitar-se, como acelera quando parece que está a morrer. Ele é sempre a segurança da Assembleia. Flexível e firme, e sobretudo calmo e sorridente quando as coisas correm mal. Às pessoas nervosas pede-se que não assumam tal função.

O Animador não deve apresentar um ar triste ou falsamente piedoso. O humor ou a falsidade gelam uma Assembleia. A personalidade deve irradiar simpatia, comunicabilidade, entusiasmo e fé verdadeira. A sua atitude exterior deve significar sentido dos outros, serviço, festa. Ele poderia apresentar-se, conforme as circunstâncias, com uma veste litúrgica.

O Animador deverá conhecer, no essencial, as técnicas da direcção da Assembleia. A direcção duma Assembleia deve ser caracterizada por um máximo de eficiência e por um mínimo de intervenções. D. Julien tem uma regra de ouro: «quando for suficiente uma frase, dispensa-se uma longa monição; quando for suficiente uma palavra, não haja frases; quando um gesto for suficiente, nada de palavras; quando um olhar for suficiente, nada de gestos». Quer dizer, a direcção da Assembleia existe para a celebração e nunca o contrário. A direcção da Assembleia pode fazer-se de dois modos:

a) Pela Direcção do Ritmo: consiste este processo em indicar rigorosamente os pontos de apoio rítmicos do cântico.

b) Pela Direcção da Melodia que consiste em indicar com os dois braços a subida ou a descida dos graus da melodia. Num e noutro caso:

— é necessário evitar gestos inexpressivos ou caricatos;

— a amplitude do gesto deve corresponder ao número de participantes, e ao espaço do templo;

— o Animador da Assembleia deve conhecer correctamente os cânticos de cor, não deve ter nada nas mãos para poder movimentar à vontade, os dois braços.

3 — O lugar a ocupar pelo Animador deve ser determinado pela função que desempenha e pelas possibilidades de espaço. De qualquer modo:

a) ele deve estar à frente da Assembleia, não no meio dela;

b) deve ser visto por toda a Assembleia, senão não pode ser eficiente;

c) deve estabelecer a unidade entre o Coro, os solistas, os instrumentistas e a Assembleia;

d) não deve encobrir o altar, nem parecer que suplanta o presidente;

e) não deve dirigir do ambão que é reservado à proclamação da palavra e à oração dos fiéis.

Em que aspectos se desdobra a responsabilidade do Animador?

À primeira vista, pode parecer que dirigir uma Assembleia é fazer gestos com os braços e pouco mais. Nada mais falso. O Animador deve assumir as seguintes responsabilidades:

1 — Preparação e escolha dos cânticos.

É evidente que os cânticos devem ser escolhidos em tempo útil e não imediatamente antes da celebração. Neste particular podemos sublinhar alguns pontos dignos de atenção: ele deve escolher os cânticos conforme o tipo da Assembleia, a idade dos participantes, o nível de cultura religiosa, género de vida, etc..

Convém partir dum reportório conhecido. Não se deve pôr de lado um reportório antigo sob o pretexto de que é criticável. Os fiéis podem exprimir-se duma forma autêntica com cânticos que não são perfeitos. É inútil arquitectar um programa magnífico, se ele é irrealizável.

O Animador não pode consentir, entretanto, no que poderíamos chamar «preguiça da Assembleia» em conhecer e aprender cânticos novos. É preciso caminhar. Para haver um progresso realista, será conveniente programar séries de cânticos para um determinado tempo litúrgico ou mesmo para um ano. Seria ideal que estas programações se fizessem em reuniões paroquiais, interparoquiais e regionais, nas quais intervissem todos os responsáveis pelas celebrações: presidentes, equipas de liturgia, animadores, etc..

Não se deve introduzir nenhum cântico novo sem uma catequese séria. Há expressões bíblicas que precisam de ser explicadas: Casa de Israel, Povo de Sião, Maranatha, Amen, Aleluia, etc..

Há conceitos bíblicos com um conteúdo muito próprio e muito rico: luz, trevas, paz, amor, água, etc..

Há palavras modernas que em determinados contextos políticos ou sociológicos carecem também de explicação: liberdade, libertação, justiça, comunidade, etc.. O Animador não deve permitir que o povo cante o que não compreende ou o que compreende incompleta ou erroneamente.

2 — Execução dos cânticos.

O Animador terá de olhar às perspectivas segundo as quais o cântico pode ser considerado: melodia, ritmo, harmonia e interpretação.

a) O Animador, ao propôr um cântico à Assembleia, pode ter a certeza de que vai ser imitado nos seus defeitos e nas suas virtudes. Por isso: ele, antes de cantar para a Assembleia, há-de cantar para si, com toda a precisão de intervalos, com toda a força expressiva e com todo o rigor interpretativo, relacionado com as diversas situações rituais.

— Há-de respirar bem, com calma e serenidade.

— Há-de ter experimentado o microfone, e não lhe podem ser estranhas a acústica e o espaço da Igreja onde se vai celebrar.

— Há-de ter visto qual a tessitura mais adaptada à Assembleia. Nem sempre se terá de cantar um cântico na tonalidade em que o autor a escreveu. O cântico é para a Assembleia e não o contrário.

b) O Ritmo dum cântico deverá ser apresentado com toda a clareza e precisão. Muitos cânticos perdem a sua força expressiva, isto é, a sua capacidade de animação porque o solista ou o Coro os apresentam sem o vigor rítmico que lhe é próprio. Um erro imperdoável.

— Há-de escolher-se um andamento adaptado à Assembleia. O andamento proposto pelo autor do cântico não tem de ser sempre respeitado. O andamento de um cântico deverá ser tanto mais lento, quanto mais numerosa for a Assembleia, quanto mais amplo for o espaço do templo e quanto mais longa for a reverberação. Atenção: adaptar um andamento não pode significar arrastar.

c) Harmonia

O Animador sabe que os instrumentos podem oferecer um contributo notável ao canto nas celebrações. Ao órgão, rei dos instrumentos, ele deve demonstrar capacidades múltiplas:

— acompanhar discretamente nos solos;

— acompanhar com maior riqueza harmónica o que pertence à Assembleia;

— deve apresentar registações diferentes, conforme o tempo litúrgico e as situações rituais da celebração.

O Animador deve saber transpor as músicas com facilidade, para que o povo possa participar melhor em cânticos que estejam escritos em tonalidades demasiado agudas ou graves. Deve saber improvisar sobre um cântico que, porventura, tenha significado especial para a Assembleia. O Animador não pode desconhecer que há instrumentos que favorecem muito o recolhimento e o silêncio: a viola clássica, e a flauta de bisel; e que outros favorecem o ambiente festivo: metais, e percussão.

Poderemos acrescentar, que este projecto está a ser experimentado no Porto, há seis anos, com bons frutos. A preparação tem durado quatro anos. A partir do próximo, o tempo de preparação será de sete anos, assim temos previsto. Uma pergunta para reflexão: a Igreja, em Portugal, tem investido predominantemente na formação dos candidatos ao sacerdócio. Não será forçoso investir também na preparação técnica e espiritual de militantes leigos?

Conclusão

Terminamos. Quisemos dizer que os problemas da Música não têm sido seriamente assumidos por nós; que entre as tarefas laicais na Igreja de hoje está a Música na Liturgia, ou como elementos de Coros, como directores de Coros, organistas ou como Responsáveis totais — a que demos o nome de Animadores da Assembleia; tentamos deixar dito que cada uma dessas missões exige preparação cristã, em geral e em especial, preparação musical e litúrgica; que entrar nessa actividade da Igreja é actual e que há programas já capazes de preparar pessoas para essas funções.

P. ANTÓNIO FERREIRA DOS SANTOS

O ministério litúrgico do leitor

Ler a Palavra de Deus na assembleia cristã é realizar um ministério litúrgico de primeira importância. Efectivamente, por veneráveis e santos que sejam a Bíblia e o Leccionário, por luxuosas e belas que sejam as suas encadernações, uma e outro seriam apenas livros, objectos inanimados, «letra morta» para uma assembleia se, durante a celebração, alguém não lesse em voz alta, para os fiéis reunidos, a palavra estática neles contida para a tornar palavra viva e dinâmica. A liturgia da palavra é precisamente o acto pelo qual um ou vários leitores se apoderam de «letra morta», impressa em caracteres tipográficos ou manuscritos nos livros litúrgicos, e dela fazem «palavra de vida», «palavra do Senhor», para a comunidade reunida em nome de Deus.

Dizer isto significa afirmar que depende, em grande parte, do leitor e das qualidades da sua leitura, que a assembleia orante escute e aceite o que ele lê como Palavra de Deus pois é ele que, no exercício do seu ministério, faz chegar a palavra revelada ao coração de cada participante, razão em nosso entender suficiente para que o leitor ame o texto que lê, creia no Espírito Santo que vai falar nas suas palavras e tenha um mínimo de preparação técnica para se desempenhar, como convém, do seu serviço litúrgico.

Por isso pensamos também que a leitura litúrgica não pode ser improvisada. Aliás, assim o entendeu a mais antiga tradição cristã. S. Paulo perguntava: «Se a vossa língua não pronuncia palavras claras, como se compreenderá o que vós dizeis?»⁽¹⁾. E na exortação feita ao leitor que era «ordenado», dizia-lhe o bispo: «Procura fazer ouvir clara e distintamente a Palavra de Deus, para que os irmãos te compreendam e se tornem melhores»⁽²⁾. Em ambas as citações se descobre idêntica preocupação: que o leitor se desempenhe capazmente do seu

⁽¹⁾ 1 Cor 14, 9.

⁽²⁾ Pontifical Romano. Ordenação do Leitor.

ministério e se ponha assim ao serviço da assembleia, porque é ela a destinatária da Palavra de Deus, é a ela que Deus quer atingir e impressionar ao falar-lhe a sua linguagem.

O Testemunho da História

Apesar da importância que hoje lhe é atribuída, não foi nada fácil a vida e a sobrevivência deste ministro litúrgico, e não há ainda muitos anos que ele era uma figura ignorada dos fiéis. As leituras eram feitas em latim, sobre o altar, de costas voltadas para a assembleia, pelo sacerdote. Os fiéis seguiam-nas, quando muito, nos seus missais. Havia leituras, havia mesmo a «ordem menor» do leitorado, mas era desconhecida a pessoa do leitor litúrgico.

No entanto, nem sempre fora assim. O ministério litúrgico do leitor tem uma história que vale a pena recordar, ainda que só a traços muitíssimos largos.

O primeiro testemunho que possuímos da existência de leitores na celebração litúrgica é de S. Justino (150-160). Exerciam o seu ministério no decorrer da reunião eucarística dominical, como no-lo recorda esta passagem da sua *Apologia*: «*Lêem-se as memórias dos Apóstolos ou os escritos dos Profetas, tanto quanto o tempo o permite. Quando o leitor termina, aquele que preside faz um discurso*»⁽³⁾. Todas as leituras lhe pertenciam, mesmo a do Evangelho, a esse leitor da comunidade romana dos meados do século II, pois os Evangelhos faziam parte dessas «memórias dos Apóstolos» citadas pelo mártir Justino.

Sessenta anos mais tarde, o leitor conservava ainda, em Roma, a plenitude das funções litúrgicas que desempenhava em meados do século II, pois a *Tradição Apostólica* de S. Hipólito (215) a ele se refere nestes termos: «*O leitor não é ordenado; é instituído quando o bispo lhe entrega o livro*»⁽⁴⁾.

Não dura porém, muitos anos mais, a importância deste ministro litúrgico, pois já em 251 começa a apagar-se a sua estrela e não tardará a extinguir-se por completo na Igreja presidida pelo Papa, ou seja, em Roma. De facto, numa carta do Papa Cornélio a Fábio, bispo de Antioquia, os leitores são citados como fazendo parte dos ministros litúrgicos, mas aparecem nomeados a seguir aos subdiáconos, acólitos e exorcistas, cujo número até se indica, ao contrário do que sucede

⁽³⁾ S. JUSTINO, *Apologia* 65-5.

⁽⁴⁾ HIPÓLITO DE ROMA, *Tradição Apostólica*, Ed. Vozes, Petropolis, 1971.

com os leitores, sinal de que a sua importância estava a decair. Porquê? Certamente porque outros ministros os substituíam no exercício do seu ministério.

Ainda não chegara, porém, o seu verdadeiro fim, pois na mesma época, noutra comunidade cristã, a de África, o leitor conserva toda a sua importância. É mesmo em terras africanas que mais floresce este ministério, que tem em S. Cipriano, bispo de Cartago, o seu cantor-poeta. Para ele, a função litúrgica de leitor e os ministros que a desempenham são dignos de grande respeito e da maior admiração.

Em 250, Cipriano escreve aos padres e diáconos de Cartago uma carta em que lhes diz: «Sabei que fiz leitor a Saturus, ao qual já antes tínhamos encarregado de fazer a leitura no dia de Páscoa»⁽⁵⁾. Alguns meses depois, nova carta do bispo mártir contém outro testemunho não menos eloquente sobre Aurelius, por ele elevado ao leitorado, e que tinha, por duas vezes, dado testemunho da sua fé em Cristo com risco da própria vida, e conhecido mesmo o exílio. Assim se expressa S. Cipriano: «Aurelius merecia chegar aos mais altos graus da clerical-tura. No entanto, pensámos ser melhor fazê-lo começar pelo ofício de leitor, porque nada há que convenha mais a uma voz que confessou a Deus, do que soar na proclamação das divinas escrituras. Depois das palavras sublimes que deram testemunho de Cristo, convém que o confessor da fé leia o Evangelho de Cristo que dá força aos mártires e venha ao ambão depois de ter estado no suplício. Aurelius foi exposto aos olhares dos pagãos; convém que o seja agora aos olhos dos irmãos; fez-se ouvir lá com admiração do povo que o rodeava; deve fazer-se ouvir aqui para alegria dos irmãos reunidos. Sabei pois, irmãos, que ele foi instituído por mim e pelos meus colegas presentes. E fez-nos imediatamente a leitura, no dia do Senhor, inaugurando um ministério de paz ao começar as suas leituras»⁽⁶⁾.

Mais tarde, a propósito da instituição de um outro leitor chamado Celerinus, S. Cipriano escreve estas belas palavras: «Como ele veio ter connosco com sinais evidentes de que o Senhor o aceitava, tendo-se tornado ilustre pelo testemunho e a admiração daquele mesmo que o tinha perseguido, que podia eu fazer senão conduzi-lo ao ambão, que é o tribunal dos cristãos? Assim, olhando para nós de cima desse estrado elevado, visto de todo o povo, que ele passe a ler a Lei e o Evangelho do Senhor, que ele próprio vive com coragem e com fé. Faça-se ouvir todos os dias na proclamação da palavra a voz que

⁽⁵⁾ S. CIPRIANO, *Correspondência*, Carta 29. Citado em LMD 60, p. 42-43.

⁽⁶⁾ S. CIPRIANO, *Correspondência*, Carta 38, 2. Citado em LMD 60, p. 43.

confessou ao Senhor. Em nenhum outro ministério um confessor da fé é tão útil a seus irmãos. Enquanto escutamos da sua boca o texto evangélico, cada um nada mais tem a fazer do que imitar a fé do leitor»⁽⁷⁾.

Cerca de 150 anos depois destes belos e emocionantes testemunhos de Cipriano, o leitor continua a ser, nessa Igreja de África, um dos minitros da palavra. Efectivamente, no tempo de S. Agostinho, cada domingo, em Hipona, se escutava o jovem leitor, de voz bem timbrada, ler «o Apóstolo», em tom elevado de recitativo, para se fazer ouvir da multidão barulhenta que enchia por completo a vasta catedral. «A paz esteja contigo», dizia Agostinho ao jovem que tinha lido a epístola. E imediatamente outro leitor se levantava, subia ao ambão e cantava a melodia do salmo, terminada a qual era a vez de um diácono proclamar o Evangelho.

E se da África passamos à Síria, aí descobrimos que as 4 leituras que precediam o Evangelho eram feitas por 4 leitores, de pé, no ambão colocado a meio da nave. Entre a proclamação do Antigo Testamento e do Novo Testamento, outro leitor subia também ao ambão para «salmodiar os hinos de David, cujo refrão o povo retoma». Na Síria como em África, no século V, o leitor continua pois bem firme no seu posto. Apenas cedeu a leitura do Evangelho ao diácono.

Bem diferente é a situação em Roma. Aí, o eclipse do leitor já é quase total. Foi ele a grande vítima da nova organização litúrgica. Tudo lhe foi retirado, ficando assim sem qualquer função litúrgica própria. O ritual da missa do Papa esqueceu mesmo a lembrança do leitor, a ponto de nunca o citar na missa solene, e mesmo na missa quotidiana ele deixa de desempenhar qualquer função, a partir do dia em que S. Gregório Magno confia a epístola e o gradual ao sub-diácono.

No fim deste brevíssimo bosquejo histórico, poderíamos citar como legenda expressiva do desaparecimento do leitor a página onde Victor de Vito conta o massacre de uma comunidade cristã pelos vândalos, em 459: «Estávamos no canto que primeiro é escutado e depois é retomado pelos fiéis, e um leitor, de pé, no ambão, cantava as modulações do Aleluia. Neste momento é atingido, na garganta, por uma flecha, o livro tomba-lhe das mãos e ele cai morto».

O leitor proclama a sua última leitura! Cantara o Aleluia final!

(7) S. CIPRIANO, *Correspondência*, Carta 39, 4. Citado em LMD 60, p. 43, nota 11.

O Leitor nos documentos da reforma litúrgica

Aleluia final, não! Tal como a menina do Evangelho que o Senhor ressuscitou e entregou a seus pais, o leitor não morrerá. A flecha dos vândalos não o matará. Apenas o adormeceu por um longo tempo de doze séculos. Mas também para ele surgiu, radiosa, a luz do dia da ressurreição, luz que começou a despontar em 1958, com a publicação do Ordo reformado da Semana Santa e a Instrução «De musica sacra» e se transformou em aurora esplendorosa na Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Concílio Vaticano II e nos documentos que se lhe seguiram, cujo ponto mais alto é, sem dúvida, o número 5 da Carta Apostólica «Ministeria quaedam», de 15 de Agosto de 1972: «O leitor é instituído para a função que lhe pertence, de ler a palavra de Deus nas reuniões litúrgicas. Por isso, na Missa e nas outras acções sagradas, o leitor profere as leituras da sagrada Escritura, excepto o Evangelho; na falta do salmista recita o salmo entre as leituras; enuncia as intenções da oração universal na falta do diácono ou do cantor; orienta o canto e dirige a participação dos fiéis e prepara-os para uma digna recepção dos sacramentos. Também poderá, quando necessário, preparar outros fiéis para lerem a sagrada Escritura nas acções litúrgicas...».

Este número de «Ministeria quaedam» resume e completa tudo o que fora dito até 1972 pelos vários documentos da reforma litúrgica levada a cabo pelo Concílio, à cerca deste tão importante ministro da palavra. Com efeito, nele encontramos reassumida a afirmação dos números 29 da Constituição sobre a Sagrada Liturgia segundo o qual «o leitor desempenha um verdadeiro ministério litúrgico» e suposta estoutra da Instrução Geral do Missal Romano que afirma, no número 66, que «o leitor, na celebração eucarística, desempenha uma função própria, pelo que deve exercê-la ele próprio, mesmo quando estejam presentes ministros de ordem superior».

No caso de desejar consultar os vários documentos da reforma litúrgica que falam do leitor, aqui lhe damos a lista completa, por ordem de datas:

Constituição sobre a Sagrada Liturgia	(4-12-1963)
Instrução «Inter Oecumenici»	(26- 9-1964)
Decreto da Sagrada Cong. Ritos	(25- 3-1965)
Instrução «Musicam sacram»	(5- 3-1967)
Instrução «Tres abhinc annos»	(4- 5-1967)
Directório Ecuménico I	(14- 5-1967)

Instrução Geral do Missal Romano	(6- 4-1969) *
Instrução Geral da Lit. das Horas	(2- 2-1971)
Carta Apost. «Ministeria quaedam»	(15- 8-1972)
Instrução «Immensae caritatis»	(29- 1-1973)

O Leitor

e a realização concreta do seu ministério

Vamos imaginar-nos numa celebração da Eucaristia, num domingo. Acabou a oração da entrada (Colecta). Vai começar a liturgia da palavra. Como conseguir que ela atinja a sua verdadeira finalidade que, como dizíamos acima, é o de fazer com que a palavra impressa num livro se torne, de facto, para esta assembleia concreta, palavra viva de Deus?

Começamos por fazer uma constatação: quase por toda a parte são leigos e leigas que asseguram a proclamação das duas primeiras leituras e do salmo responsorial, o que está bem de acordo com a Instrução Geral do Missal Romano que diz: «Todos os ministérios abaixo do diaconado, podem ser exercidos por homens leigos mesmo que não tenham recebido a instituição (de leitores)... E a Conferência Episcopal pode permitir às mulheres que façam as leituras que precedem o Evangelho e proclamem as intenções da oração dos fiéis» (IGMR 70).

Mas concomitante a esta, outra verificação se faz, e essa está longe de corresponder aos votos e desejos da Igreja: as leituras raramente são bem feitas. Ora, pelo menos em três lugares dos documentos da reforma litúrgica, diz-se que «o leitor deve ser diligentemente preparado e verdadeiramente apto» (IGMR 66), que, «antes da Missa, deve saber qual a leitura que vai fazer e preparar-se para ela» (IGMR 313) e que, ao proclamar a palavra de Deus, «deve ler de maneira inteligível» (Inst. Musicam Sacram 26). Aqui está indicado todo um programa de escolha e formação de leitores e também o modo de chegar a uma proclamação bem feita por parte destes. Que riqueza, que sensação de paz e de alegria nos deixa uma leitura feita com inteligência, serenidade e convicção! Cada palavra é uma mensagem, cada frase faz pensar. Um texto bem lido é um texto que fala.

Perguntemos então: por que não são mais frequentemente bem feitas as leituras da liturgia da palavra? Arriscamo-nos a dizer a nossa opinião. Em primeiro lugar talvez porque, em alguns casos, os respon-

* Cf. edições posteriores.

sáveis da celebração ainda não fizeram nada daquilo que os documentos conciliares propõem. Padres há que continuam a ser absorventes durante a celebração. Presidem, começam os cânticos, fazem as leituras. Não nos referimos aos que não têm outra alternativa. E sabemos que há casos desses e muitos, pois continuam a existir comunidades de grande pobreza participativa. Nesses casos, há que fazer o que se pode ou aquilo que se julga melhor. Todo o responsável litúrgico sabe, por experiência, que uma coisa é o ideal, outra bem diversa aquilo que pode fazer-se em determinadas circunstâncias. Mas voltemos ao que íamos dizendo. Continuam ainda a existir padres que nada mudaram em seus esquemas litúrgicos pré-conciliares. A esses queríamos lembrar fraternalmente aquilo que diz a Instrução Geral do Missal Romano: «Como, segundo a tradição, o ofício de proclamar as leituras não é presidencial mas ministerial, convém que a leitura do Evangelho seja feita normalmente pelo diácono, ou, na falta deste, por um sacerdote diferente; as outras leituras serão feitas por um leitor» (IGMR 34). Até porque a variedade de leitores ajuda a tornar a liturgia da palavra mais viva.

Noutros casos, o esforço começado ficou parado a meio. Encontraram-se leitores e leitoras mas não se lhes ensinou a ler em público. Não se lhes dedicou o tempo suficiente para os ajudar a descobrir meia dúzia de princípios indispensáveis a uma boa proclamação em público e a qualidade da leitura deixa então muito a desejar.

Talvez tenha acontecido, em casos mais frequentes, que o leitor foi iniciado nos segredos da proclamação em voz alta, mas ele próprio descurou o cuidado que há-de pôr sempre em cada leitura e os resultados aí estão à vista. Que seria de um candidato a declamador que não preparasse exaustivamente cada uma das suas intervenções em público? Certamente não estaria longe o dia em que o público o assobiria em vez de o aplaudir. Quando o leitor não se prepara, a leitura sai habitualmente pouco inteligível. O texto é lido, mas a assembleia apenas ouve sons (se é que chega a ouvi-los), porque as palavras são mal articuladas ou lidas demasiado depressa. A letra impressa não se tornou palavra viva, porque o texto não penetrou os ouvintes, não lhes chegou ao coração.

O que aqui fica dito quereria ser um grito de alerta para todos, responsáveis litúrgicos e leitores. Estas reflexões significam também que é no acto da leitura que se situa o esforço prioritário e indispensável a levar a cabo para obter da Palavra de Deus, lida na liturgia, toda a riqueza que ela encerra, esforço que abrange os sete pontos que a seguir se desenvolvem: a preparação da leitura antes da celebração, a deslo-

cação do leitor, a sua atitude durante a leitura, o tom de voz, a velocidade com que deve ler, o local da palavra e a sonorização dos lugares da celebração.

a) *A preparação da leitura*

Nunca se insistirá demais sobre a importância da preparação da leitura antes da celebração. O leitor deve ter lido o texto e ter-lhe captado a dimensão espiritual, e estar convencido que a palavra que vai ler, tem por missão penetrar no coração dos fiéis. Quanto mais um leitor se prepara para bem desempenhar o seu ministério, tanto mais descobre que precisa de preparar-se. Não basta, pois, que o leitor tenha certa intuição para ler à primeira vista. Não basta tão pouco que seja pessoa cheia de boa vontade que se oferece espontaneamente para fazer a leitura quando mais ninguém quer ir fazê-la. É preciso também a preparação. Ter lido cuidadosamente o texto, ter descoberto as ideias mestras da leitura, as frases-chave, as palavras difíceis de pronunciar. Ler em voz alta, articular bem, notar as passagens difíceis, as pausas a fazer, as respirações necessárias antes das frases longas. Saber que a palavra é um instrumento e que para exprimir a mensagem de um texto é preciso atender ao tom de voz, à distância a que tem de enviar a palavra, ao ritmo da leitura, ritmo que dá vida ao texto ou o mata. Um texto bem preparado, bem compreendido e assimilado pelo leitor, será sempre bem lido.

b) *A deslocação do leitor*

É com a deslocação do leitor que começa propriamente a proclamação. O leitor não deve estar nem muito longe nem muito perto do local da leitura e não deve iniciar a sua deslocação antes de terminada a Colecta (se é o primeiro leitor) ou o Salmo responsorial (se é o segundo).

No momento exacto levanta-se e deixa o seu lugar para ir até ao local da leitura. A deslocação deve ser natural e segura. Nem desajeitada, nem solene, nem contraída. A atitude e a maneira de caminhar criam logo um clima. Nada de ostentação, de rigidez, de precipitação no andar ou de medo. Pensar muito simplesmente naquilo que se vai fazer: emprestar a voz para que Deus, servindo-se dela, possa falar a esta sua comunidade.

O leitor dirige-se directamente ao ambão, sem fazer qualquer genuflexão ao passar diante do altar. Por vezes faz-se uma pequena introdução às leituras. O leitor deve aproximar-se do ambão durante

essa introdução para que, uma vez acabada, dê imediatamente início à leitura. Não deve pois deixar-se ficar sentado, à espera que termine a introdução. Isso não só demoraria excessivamente a liturgia da palavra, como, sobretudo, criaria um espaço de silêncio entre introdução e leitura, o que não está certo.

Terminada a leitura, não deve afastar-se apressadamente, como se fugisse, mas antes fazê-lo com naturalidade, sem baixar a cabeça, com marcha firme e calma.

c) *A atitude durante a leitura*

A atitude do leitor tem muito a ver com o que ele lê, porque a leitura faz-se com o corpo todo. Ela começa pelos pés, que devem estar ligeiramente afastados para conseguir melhor estabilidade, e as pernas direitas, sem rigidez. O leitor deve apoiar-se bem sobre ambas as pernas, e não estar em equilíbrio instável sobre uma delas apenas, o que é bastante frequente. Deve conservar-se direito e não dobrado sobre o livro ou encostado ao ambão, os ombros e o tórax devem estar bem levantados para libertar os pulmões, a cabeça direita, os olhos dirigidos para o livro, que deve estar colocado a boa altura, na estante, nem alta nem baixa, mas regulada de acordo com a estatura do leitor. Este deve procurar manter uma atitude geral sólida. Nada de mãos a baloiçar, nem braços cruzados. As mãos devem poisar sobre o bordo da estante, segurando-a ligeiramente, numa atitude de abertura.

A assembleia está sentada e prepara-se para escutar. O apaziguamento do barulho indica que ela está disposta para o que segue. O leitor tem de pressentir esse momento. E aqui não há regras fixas. Nuns casos acontecerá mais depressa do que noutros. Uma coisa é certa: se o leitor começa a leitura demasiado cedo, entra na confusão e o impacto inicial do texto perde-se; se ele começa demasiado tarde, há uma quebra de ritmo e a atenção das pessoas dispersa-se.

Imediatamente antes de começar a ler, o leitor deve fazer uma ligeira pausa, olhar para a assembleia, tomar consciência de que é a ela que vai falar, regular a altura e a distância do micro, pensar que quer fazer-se ouvir dos fiéis que estão lá em baixo, ao fundo da igreja, e respirar lentamente.

Durante a leitura, pelo contrário, o leitor deve evitar olhar a assembleia a cada pausa. A leitura é um dos raros momentos da celebração em que a assembleia tem o direito de exigir que lhe sejam lidas, com exactidão, as palavras que constituem a revelação de Deus, e só

essas. Levantar muitas vezes o olhar do livro durante a leitura, pode criar a sensação de que se está a inventar o que se lê.

d) *O tom de voz*

Citemos aqui uma palavra de Bonhoeffer, o pastor protestante que nos campos de concentração nazis deu um belo testemunho do seu amor por Cristo: «O leitor cedo se aperceberá que não é fácil ler a Bíblia para os outros. Quanto mais despojada, humilde e objectiva for a sua atitude interior em relação ao texto, mais a leitura será adequada. Uma regra a observar para ler bem um texto bíblico, é nunca se identificar com o «Eu» que aí se exprime. Não sou eu que me irrito, que consolo, que exorto, mas Deus. Certamente isso não quer dizer que eu devo ler o texto de forma monótona e indiferente. Pelo contrário, fá-lo-ei sentindo-me eu mesmo interiormente comprometido e interpelado. Mas toda a diferença entre uma boa e uma má leitura aparecerá logo que, em vez de ocupar o lugar de Deus, eu aceitar muito simplesmente servi-Lo. Se não, arrisco-me a atrair a atenção daquele que escuta sobre a minha pessoa e não sobre a Palavra. Este é o vício que ameaça toda a leitura da Bíblia...».

Entre os perigos a evitar no que se refere ao tom de voz, lembramos o tom cantante, como o das crianças, e o tom monocórdico e inexpressivo. No primeiro caso há que fazer um esforço para não ler a cantar e no segundo tentar levantar um pouco a voz e mudar de ritmo, algumas vezes, durante a leitura.

Outro perigo é a queda da voz no fim das frases. Nada mais penoso e gerador de tristeza. E trata-se, infelizmente, do defeito de muitos leitores. A maneira de o evitar é uma questão de atenção e exercício. A queda de voz indica o final da leitura. Não deve pois deixar-se cair a voz no fim de cada frase ou mesmo de cada período.

e) *A velocidade da leitura*

Em geral lê-se muito depressa, ou antes, não se fazem pausas suficientes durante a leitura. É necessário, segundo os casos, fazer uma a três pausas longas num texto normal.

Uma pausa deve parecer um pouco longa ao leitor. Se ele ficar com a impressão de ter lido demasiado lentamente, terá então feito uma boa leitura. Aquele que escuta não é um gravador que regista, mas um espírito que deve ter tempo para sentir, reagir e coordenar aquilo que ouviu. O leitor litúrgico não informa, proclama. O seu modo de ler deve permitir uma assimilação orante por parte da assem-

bleia, constituída por pessoas com reflexos mentais extremamente diversificados.

No fim das duas primeiras leituras, os leccionários trazem a expressão «Palavra do Senhor» ligeiramente separada da última linha do texto propriamente dito. Os leitores não devem pronunciá-la imediatamente após o final da proclamação, mas fazer uma ligeira pausa de alguns instantes e dizê-la então de tal maneira (o normal deveria ser cantá-la), que a resposta «Graças a Deus» da assembleia seja uma verdadeira aclamação ao Senhor que acaba de lhe falar.

f) *O local da proclamação da palavra*

O local da proclamação da palavra tem uma importância fácil de perceber e condiciona, de facto, em grande medida, o que pode passar-se durante a leitura. A utilização da palavra situa-se num espaço, espaço que temos de arrumar.

O que se passa com o local da proclamação da palavra nas nossas igrejas? Em primeiro lugar, ele deve responder a exigências funcionais: que o leitor possa ler (o que supõe iluminação adequada, estante para o livro...), que possa ser escutado por todos (problema da sonorização) e visto por todos (porque quem nos fala não é o alto-falante, mas uma pessoa).

Casos há em que o ambão se confunde com um grande bazar electrónico. Iluminado por uma lâmpada dependurada da parede ou colocada sobre a estante onde se amontôam tantos livros, rodeado de microfones, de fios e de uma complicada aparelhagem electrónica composta de gira-discos, gravador, amplificador de som... tudo colocado sobre uma pequena mesa, ali bem à mão do leitor, para que seja ele próprio a regular a altura do som, conforme as exigências da sua voz, ou antes, da sua falta de voz.

Há quem aproveite para local da leitura o púlpito colocado a meio da nave, quando a igreja é excessivamente longa. Tal solução acaba por criar um tipo de relação leitor-assembleia muito vertical. A palavra «cai» de cima para baixo e as pessoas que estão perto do púlpito ou dele para diante não vêem o leitor. Outros casos há em que o ambão ou a estante são inadaptados à altura daquele que lê.

Há também que ter em conta exigências simbólicas e estéticas do local da palavra, porque a proclamação não é mera leitura, mas verdadeira celebração. As acções, os objectos e os lugares são sinais simbólicos de outras realidades e não meras coisas utilitárias. O ambão é pois um sinal a pôr em realce, o que pode conseguir-se pela arqui-

tectura, pelos materiais empregados (betão, ferro forjado, pedra) ou pelos elementos ornamentais (plantas, flores).

g) *A sonorização*

No caso de existir, deve ser verificada regularmente e reparada. A intensidade não se pode regular de uma vez para sempre. Alguém (mas não o celebrante) deve encarregar-se de estar perto do amplificador para o aumentar ou diminuir consoante a potência da voz do leitor. É necessário perguntar de vez em quando às pessoas que ficam no fundo da igreja e às pessoas de idade se o som está bem regulado, se elas ouvem bem o que se lê e o que se diz.

— o —

Pedimos à história o seu testemunho sobre o leitor. E a sua resposta foi clara: o leitor começou por ser um dos ministros da liturgia mais prestigiados, com funções muito bem definidas, que ele desempenhava pessoalmente durante as reuniões da comunidade dos crentes; passou depois a ser substituído por outros ministros que lhe invejavam o ministério (sub-diáconos e diáconos) e acabaria por desaparecer da cena litúrgica, mais cedo numas comunidades, mais tarde noutras, dela se mantendo afastado durante um longo período de mais de doze séculos.

Vimos em seguida que os documentos da última reforma litúrgica, a maior e mais profunda de toda a história da Igreja, lhe devolveram a primitiva importância. Neles se afirma que o leitor desempenha um verdadeiro ministério, que esse ministério é sua função própria, pelo que deve exercê-lo ele mesmo, ainda que estejam presentes ministros de ordem superior.

Constatámos por fim que nem sempre as leituras, nas nossas assembleias dominicais, são feitas de modo a permitir à Palavra de Deus que atinja plenamente a sua finalidade, e isto não por falta de dinamismo da Palavra, mas por deficiências que começam bastantes vezes na própria leitura.

Foi despretenciosamente que demos algumas indicações práticas em ordem a uma possível reflexão em grupo, ou individualmente, sobre aspectos que nos parecem importantes, e também é despretenciosamente que terminamos com uma sugestão: por que não promover uma tarde de reflexão com os leitores das nossas comunidades sobre assunto tão aliciante? Estamos certos que todos ganharíamos: responsáveis litúrgicos, leitores e assembleias cristãs.

LEÃO CORDEIRO

O MINISTÉRIO DA MÚSICA NA LITURGIA A PARTIR DO VATICANO II

1. A música é um elemento de especial importância na renovação litúrgica preconizada pelo Concílio

Comentando o n.º 112 da Constituição sobre a Sagrada Liturgia (C. S. C.) — número que introduz o capítulo IV sobre a música sacra — escreve o P. Gelineau: «Cada capítulo da Constituição Litúrgica começa por lembrar como a matéria em questão está ligada ao Mistério da Salvação em Jesus Cristo. Quando afirma categoricamente que a tradição musical da Igreja universal constitui um *tesouro de inestimável valor*, o referido preâmbulo parece fazer o elogio das obras de arte musical que tiveram como inspiradora a Liturgia, nos seus diferentes géneros e épocas. Na realidade, todo o contexto do capítulo indica claramente que a Igreja embora aprecie o valor estético dos seus cânticos, dá primordial importância ao valor que eles possuem como sinal sagrado. (...) se a Igreja é amante das artes é-o enquanto a arte é sinal visível das realidades invisíveis do Reino de Deus. O autêntico valor da música sacra consiste, pois, no facto de ela ser um dos caminhos sensíveis pelos quais a Liturgia nos introduz na oração da Igreja⁽¹⁾.

A música é um sinal sagrado, de ordem sensível, muito nobre, porque, ligada à Palavra ou ao rito, nos introduz no mistério celebrado e é de grande valor participante. A renovação da música sacra preconizada pelo Concílio insere-se na perspectiva pastoral de toda a reforma, que a Constituição resume nestas palavras:

«A Santa Madre Igreja» para permitir ao povo cristão um acesso mais seguro à abundância das graças que a Liturgia contém, deseja fazer uma acurada reforma geral da Liturgia. (...) Na restauração

(1) *Para uma Liturgia Renovada* por A. Roguet e outros. União Gráfica, pag. 245.

proceda-se quanto aos textos e ritos, de tal modo que eles expressem com mais clareza o que de santo significam, que o povo cristão possa mais facilmente apreender-lhes o sentido e participar deles com uma celebração plena, activa e comunitária»⁽²⁾.

Desta exigência de verdade na participação nasceu o princípio da admissão do vernáculo na Liturgia e a aceitação de novas formas e expressões musicais nas celebrações. É claro que não se admite o novo só por ser novo mas na medida em que serve «a glória de Deus e a santificação dos fiéis», fim da música sacra segundo o Concílio;⁽³⁾ do mesmo modo que não se põe de parte o antigo só por ser antigo mas quando não serve aquele fim, tendo em conta a dinâmica actual das celebrações e as possibilidades participantes da assembleia celebrante. Para fazer uma opção responsável e consciente é necessário o discernimento pastoral, que tenha em conta as normas e os espíritos dos documentos da Igreja, as leis internas da celebração e o conhecimento concreto da assembleia: nem cega paixão pelo passado nem leviana aceitação do moderno. Acreditar que uma comunidade é capaz de crescer e de ultrapassar muitas das suas limitações, e conduzi-la a formas de participação cada vez mais depuradas e nobres é entrar nesta perspectiva pastoral da Igreja que vê na música um meio de grande importância para se atingir um grau elevado de participação activa e espiritual. A leitura atenta dos documentos — especialmente da Constituição S. C., da Instrução Musicam Sacram, da Instrução Geral sobre o Missal Romano, da Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas — ajudar-nos-á a descobrir princípios claros e fecundos, frutos de uma madurecida experiência eclesial iluminada pelo Espírito Santo, de grande valor pastoral.

E é necessário ter a coragem de o fazer, para que à sua luz e com a sua força possam ser corrigidos tantos erros e banidos tantos abusos que, infelizmente quase por toda a parte, se instalaram escandalosamente na casa de Deus.

2. A música tem uma função ministerial

«Não cessam de a enaltecer, quer a Sagrada Escritura, quer os Santos Padres e os Romanos Pontífices, que ainda recentemente, a começar por S. Pio X, vincaram com mais insistência a função ministerial da Música

⁽²⁾ Const. S. C. n.º 21.

⁽³⁾ *Ibi.*, n.º 112.

Sacra no culto divino. A Música Sacra será, por isso, tanto mais santa quanto mais intimamente unida estiver à acção litúrgica, quer como expressão delicada da oração, quer como factor de comunhão, quer como elemento de maior solenidade nas sagradas funções» ⁽⁴⁾.

A santidade da «Música sacra vem-lhe de facto de estar organicamente ligada à acção litúrgica, de que é um elemento constitutivo, e, nas celebrações solenes, mesmo necessário. Mais do que expressão elevada de sentimentos religiosos, mais do que simples valor estético de alta qualidade, a música na Liturgia é um *signal* que exprime, na linguagem que lhe é própria, a linguagem dos sons, o que as simples palavras ou gestos não conseguem dizer. Ela está ao serviço, tem uma função ministerial. «Do carácter ministerial da música sacra deduz-se o critério essencial que permite julgar liturgicamente o seu valor: uma música é tanto mais sacra quanto mais intimamente empenhada na acção litúrgica, tomando em conta os próprios ritos como os seus actores e intérpretes. Por exemplo, o canto do Prefácio tem mais valor que um processional de ofertório que não acompanha nenhuma procissão ofertorial, e um Sanctus cantado unânime pela assembleia tem mais valia, em boa pastoral litúrgica, do que um executado apenas pela «schola». O valor litúrgico duma música não depende pois, primordialmente do seu valor estético, mas do valor litúrgico do sinal que ela constitui no acto do canto» ⁽⁵⁾.

Valor estético, ressonância espiritual, interioridade, capacidade de congregar, tudo está ao serviço da celebração e dos que celebram. Por isso, compositor e intérpretes devem inserir-se na dinâmica da celebração, aceitar humildemente e com fé o Mistério, servir a assembleia que é, também ela, um sinal da presença de Cristo ⁽⁶⁾.

Simples aclamações, diálogos, cânticos breves e sem grandes arranjos corais ou instrumentais, podem prestar à Liturgia maior serviço e revesti-la de maior solenidade do que as grandes e ambiciosas composições que aparecem deslocadas e estranhas. É por isso que o Concílio diz: «Para fomentar a participação activa, cuidem-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmódia, as antifonas, os cânticos...» ⁽⁷⁾; e a Instrução *Musicam Sacram* inclui estes elementos simples no número dos que primeiro devem aprender-se ⁽⁸⁾. É óbvio que as grandes

⁽⁴⁾ *Ibi.*, n.º 112.

⁽⁵⁾ P. GELINEAU: *Para uma Liturgia Renovada*, pag. 249.

⁽⁶⁾ *Const. S. C.* n.º 7.

⁽⁷⁾ *Ibi.*, n.º 30.

⁽⁸⁾ *Inst. Musicam Sacram*, n.º 16, a.

obras de arte musical do passado podem entrar na celebração da Liturgia na medida em que forem aptas para o seu serviço sem que se tenham de violentar as leis da celebração ou da participação; o Concílio manda que se conserve e desenvolva o património da Música Sacra⁽⁹⁾.

3. A música é factor de comunhão

«Nada mais festivo e mais desejável nas acções sagradas do que uma assembleia, que, toda inteira, expressa a sua fé e a sua piedade por meio do canto»⁽¹⁰⁾.

«O Apóstolo aconselha aos fiéis que se reúnem em assembleia para aguardar a vinda do Senhor, a cantarem juntos salmos, hinos e cânticos espirituais (cf. Col. 3, 16), pois o canto constitui um sinal da alegria do coração (cf. Act. 2, 46). Por isso, dizia com razão Santo Agostinho: cantar é próprio de quem ama, e há um provérbio antigo que afirma: quem canta bem reza duas vezes»⁽¹¹⁾.

Sendo a Liturgia «o exercício da função sacerdotal de Cristo»⁽¹²⁾, o próprio Cristo «está presente quando a Igreja reza e canta»⁽¹³⁾, realizando esta admirável unidade de vozes e de coração. O ministério da música é aqui facilmente perceptível; ela tem um poder de unificação que pode dizer-se único. «Nada significa melhor a unidade dos crentes e a sua comunhão de caridade do que o canto comum; e nada melhor favorece a sua unanimidade do que o facto de rezar não só com as mesmas palavras, mas no mesmo ritmo e no mesmo tom. Só o canto consegue este efeito que a simples recitação colectiva jamais poderá atingir — escreveu o P. Gelineau no seu comentário à «Constituição Litúrgica»⁽¹⁴⁾.

A acção unificadora da música supõe a comunhão no mesmo Mistério pela fé; é fácil compreender a importância das palavras que cantamos: elas devem significar a fé partilhada por todos e o amor que a todos une. Também se compreende que a música deve ser acessível a todos e assumida por todos; se fosse privilégio de um grupo ou

⁽⁹⁾ *Const. S. C.*, n.º 114.

⁽¹⁰⁾ *Inst. Musicam Sacram*, n.º 16.

⁽¹¹⁾ *Instrução Geral sobre o Missal Romano*, n.º 19.

⁽¹²⁾ *Const. S. C.*, n.º 7.

⁽¹³⁾ *Ibi.*, n.º 7.

⁽¹⁴⁾ *Para uma Liturgia Renovada*, pag. 250.

ocasião de exibição de alguns, não seria vínculo de união mas pomo de discórdia. Também aqui ela está ao serviço, exerce o ministério da unidade e da comunhão, e a esse ministério devem servir os cantores e os outros executantes. É o responsável pela assembleia que deve garantir esta visão de conjunto e este serviço comunitário.

É urgente e necessário promover a pastoral esclarecida do canto litúrgico. As pessoas, hoje, não cantam fora da igreja; ouvem e vêem cantar.

É necessário educá-las porque o canto é a melhor forma de participar na Liturgia. A formação para o canto faz parte de uma acção pastoral mais vasta, que tem como campo toda a vida litúrgica da Igreja e como finalidade uma participação plena e consciente: «Procurem os pastores de almas fomentar com persistência e zelo a formação litúrgica e a participação activa dos fiéis, tanto interna como externa, segundo a sua idade, condição, género de vida e grau de cultura religiosa, na convicção de que estão cumprindo um dos mais importantes múnus do dispensador fiel dos mistérios de Deus. Neste ponto guiem o rebanho não só com palavras mas também com o exemplo⁽¹⁵⁾».

Palavras do Concílio que nos aparecem hoje carregadas de sentido e cheias de oportunidade quando vemos com mágoa a banalidade e o vazio de tantas celebrações, e quando pensamos que foi por descuido dos pastores em matéria tão grave que se chegou a tal lástima. Não é a falta de seriedade e de nível de muitas celebrações ocasião de divisão dos membros da mesma comunidade? Não é a vulgaridade da música executada nas nossas igrejas ocasião de afastamento de um número razoável de cristãos sérios?

Urge educar para uma participação que só pode ser séria e frutuosa se a celebração for séria; só uma celebração rica espiritualmente e digna nos meios favorece a unidade. É «mediante a união das vozes que se alcança uma profunda união dos corações; pelo esplendor da beleza do sagrado, mais facilmente o espírito se eleva ao invisível; finalmente, toda a celebração prefigura com mais clareza a Liturgia Santa da Nova Jerusalém. Os pastores de almas, portanto, hão-de esforçar-se por conseguir esta forma de celebração»⁽¹⁶⁾.

4. Na diversidade dos ministérios

«A acção litúrgica não é acção privada, mas celebração da Igreja, que é sacramento de unidade, povo santo reunido e ordenado sob a direcção

⁽¹⁵⁾ *Const. S. C.*, n.º 19.

⁽¹⁶⁾ *Inst. Musicam Sacram*, n.º 5.

do Bispo. Por isso tal acção pertence a todo o Corpo da Igreja, manifesta-o, implica-o, atingindo porém cada um dos membros de modo diverso, segundo a variedade dos estados, das funções e da actual participação»⁽¹⁷⁾.

«Nas celebrações da Sagrada Liturgia, limite-se cada um, ministro ou fiel, exercendo o seu ofício, a fazer tudo e só o que é da sua competência, segundo a natureza do rito e as leis litúrgicas»⁽¹⁸⁾.

«Os que servem ao altar, os leitores, comentadores e elementos do grupo coral exercem também um verdadeiro ministério litúrgico»⁽¹⁹⁾.

«Uma organização autêntica da celebração litúrgica, para além da devida distribuição e desempenho das funções — em que cada um, ministro ou simples fiel, ao desempenhar o seu ofício fará tudo e só o que lhe compete...»⁽²⁰⁾.

«Entre os fiéis, a escola dos cantores, ou coro, exerce uma função litúrgica própria»⁽²¹⁾.

«Convém que haja um cantor ou mestre de coro para dirigir e sustentar o canto do povo. Mesmo não havendo coro, compete ao cantor dirigir os diversos cantos, com a devida participação do povo»⁽²²⁾.

«Compete ao salmista proclamar o salmo ou outro cântico bíblico colocado entre as leituras»⁽²³⁾.

A Igreja é a reunião, num único Corpo, de todos os que acreditam em Cristo e com ele querem celebrar a salvação; celebram em comum, hierarquicamente organizados, manifestando nesta acção concertada a riqueza e a variedade das funções próprias de cada um. A diversidade das funções é necessária, e mesmo indispensável, para que a assembleia litúrgica apareça como manifestação do mistério da Igreja; em cada ministério é, afinal, Jesus Cristo que continua a sua acção santificadora, profética, pastoral. A Instrução «De Música Sacra», de 1958, definiu a natureza do verdadeiro ministério litúrgico nestes termos: «os leigos quando são deputados pela competente autoridade eclesiástica para o serviço do altar ou para a execução da música sacra, se realizarem as suas funções em conformidade com as rubricas, exercem um serviço ministerial directo mas delegado»⁽²⁴⁾.

⁽¹⁷⁾ *Const. S. C.*, n.º 26.

⁽¹⁸⁾ *Ibi.*, n.º 28.

⁽¹⁹⁾ *Ibi.*, n.º 29.

⁽²⁰⁾ *Inst. Musicam Sacram.*

⁽²¹⁾ *Inst. Geral sobre o Missal Romano*, n.º 63.

⁽²²⁾ *Ibi.*, n.º 64.

⁽²³⁾ *Ibi.*, n.º 67.

⁽²⁴⁾ *Inst. De Musica Sacra*, da S. C. dos R., 1958, n.º 93, c.

Nos documentos atrás citados é claro que são os membros da assembleia os actores da celebração; quanto mais variados forem os ministérios, mais rica é a participação e mais rica também é a imagem da Igreja naquela assembleia.

Coro, director do canto da assembleia, salmista, organista, são sinais vários do louvor de Deus cantado pela Igreja ali reunida, são ministérios ao serviço do Senhor e do seu povo.

Uma assembleia litúrgica não se reúne para assistir a um concerto, mesmo de óptima música sacra e na maior festa da terra, mas para celebrar, ela própria com os seus recursos de pessoas e de meios, de modo orgânica, a Sagrada Liturgia. Cada um coloca ao serviço da assembleia os dons que recebeu do Senhor. O presidente preside em nome de Cristo, humildemente, como o servo de todos; o cantor ou o salmista exerce o seu ministério sem ostentação num vaidade — pela sua voz continua a ser proclamada a Palavra viva do Senhor; o coro — que faz parte da assembleia e deve estar visivelmente unido a ela⁽²⁵⁾ — renuncia à tentação da exibição para se integrar numa participação comunitária, quer apoiando o canto de todos, quer dialogando com o povo, quer actuando isolado mas em sintonia espiritual com a assembleia e no maior respeito pela dinâmica da celebração. É assim que aquela assembleia litúrgica, reunida em nome do Senhor, é enriquecida como sinal sagrado pelo humilde contributo de todos. E é por isso que, onde for possível, os vários serviços musicais devem ser exercidos por pessoas diferentes para que apareça a riqueza dos vários ministérios.

Eles são serviço espiritual e exigem dos que os exercem disposições profundas de amor a Deus e à comunidade. Diz a Constituição Conciliar, referindo-se aos ministérios não consagrados:

«Exerçam, pois, o seu múnus com piedade autêntica e de modo que convém a tão grande ministério e que o povo de Deus tem o direito de exigir. É, pois, necessário imbuí-los de espírito litúrgico, cada um a seu modo, e formá-los para executarem exactamente a parte que lhes compete»⁽²⁶⁾.

A responsabilidade de cada um começa pela preparação da celebração: «A preparação prática de cada celebração litúrgica, sob a direcção do reitor da igreja e ouvidos também os fiéis naquilo que directamente lhes diz respeito, seja feita de comum acordo por todos aqueles que nela vão actuar, seja quanto aos ritos, seja quanto ao aspecto pastoral e musical»⁽²⁷⁾.

⁽²⁵⁾ *Inst. Musicam Sacram*, n.º 23.

⁽²⁶⁾ *Const. S. C.*, n.º 29.

⁽²⁷⁾ *Inst. Geral sobre a Missal Romano*, n.º 73; cf. *Inst. Musicam Sacram*, n.º 5.

5. A música confere uma solenidade nova à celebração

«Os actos litúrgicos revestem-se de maior nobreza quando são celebrados de modo solene com canto, com a presença dos ministros sagrados e a participação activa do povo»⁽²⁸⁾.

«A acção litúrgica adquire uma forma mais nobre quando se realiza com canto: cada um dos ministros desempenha a sua função própria e o povo participa nela»⁽²⁹⁾.

«Tenha-se em conta que a verdadeira solenidade da acção litúrgica não depende tanto de uma forma rebuscada de canto ou de um desenrolar magnífico das cerimónias, quanto daquela celebração digna e religiosa que tem em conta a integridade da própria acção litúrgica: quer dizer, a execução de todas as suas partes segundo a sua natureza própria. Uma forma mais rica de canto e um desenvolvimento mais solene das cerimónias decerto que são desejáveis onde haja meios para os realizar; mas tudo quanto possa contribuir para que se omita, se mude ou se realize indevidamente algum dos elementos da acção litúrgica é contrário à sua verdadeira solenidade»⁽³⁰⁾.

A renovação litúrgica promovida pelo Concílio vai ao essencial. É a verdade da celebração, fiel à sua dinâmica interna e aos seus elementos essenciais, a natureza hierárquica da assembleia celebrante em suas várias manifestações de Cristo, a participação consciente, activa e frutuosa dos seus membros, que garantem a autêntica solenidade litúrgica; e a música faz a festa na medida em que serve, ministerialmente, isto é: organicamente integrada, estes valores. O canto é um sinal distintivo, mas não único da Liturgia solene: é necessária uma assembleia hierarquizada e um povo que participe. «Uma Missa, mesmo cantada integralmente, mas sem povo ou sem a participação deste, não pode ser considerada a forma mais nobre da Liturgia. Do mesmo modo, o valor do canto litúrgico não depende unicamente da sua integração nos ritos, mas também da participação orgânica que consegue da assembleia»⁽³¹⁾.

Eis uma noção de solenidade a ser assimilada e levada à prática pastoral. Estamos ainda bem marcados por uma experiência de solenidade litúrgica conseguida à custa de elementos ricos mas estranhos à celebração e à assembleia, e por isso é mais fácil recorrer a esses elementos

⁽²⁸⁾ *Const. S. C.*, n.º 113.

⁽²⁹⁾ *Inst. Musicam Sacram*, n.º 5.

⁽³⁰⁾ *Ibi.*, n.º 11.

⁽³¹⁾ P. GELINEAU, *Para uma Liturgia Renovada*, pag. 252.

(um coro de fora, música polifónica, um conjunto orquestral, um cantor, um maior número de sacerdotes) do que educar a comunidade no sentido de formar uma assembleia participante e do que aproveitar os próprios elementos da celebração, palavra e rito, ordenando-os, valorizando-os de modo que essa celebração apareça mais rica, mais verdadeira, mais manifestação de Cristo, mais participada exteriormente e espiritualmente; é aí que se celebra solenemente. A esta solenidade essencial, que é como que uma floração da verdade, podem então acrescentar-se aqueles elementos festivos mais exteriores. A Instrução *Musicam Sacram* afirma no número 11, acima transcrito, que é de admitir essa riqueza no canto e no desenrolar das cerimónias desde que não perturbe a ordem e o valor dos elementos da acção litúrgica.

Já em 1954 o saudoso Cardeal Lercaro — que tanto amou, trabalhou e sofreu pela Liturgia — afirmava ao Congresso Italiano de Música Sacra que a solenidade da Liturgia consiste na actuação amplíssima da virtude comunitária da Missa, e a este objectivo deve a música sacra servir fidelissimamente⁽³²⁾. Numa época dominada pela técnica, devemos procurar o que é essencial na celebração do Mistério de Cristo; é impossível aspirar à alegria e à festa autêntica da Liturgia sem uma sintorização perfeita com aquele Mistério em toda a sua integridade, como a Igreja o celebra e vive.

6. A lei da progressividade

«Os compositores possuídos do espírito cristão compreendam que são chamados a cultivar a Música sacra e a aumentar-lhe o património.

Que as suas composições se apresentem com as características da verdadeira Música sacra, possam ser cantadas não só pelos grandes coros, mas se adaptem também aos pequenos e favoreçam uma activa participação de toda a assembleia ou fiéis»⁽³³⁾.

«Entre a forma solene e mais plena das celebrações litúrgicas (em que se canta realmente tudo quanto exige canto) e a forma mais simples em que não se emprega o canto, pode haver vários graus, conforme o canto tenha maior ou menor lugar»⁽³⁴⁾.

«...Dê-se grande valor ao uso do canto nas celebrações, tendo em vista a índole dos povos e as possibilidades de cada assembleia, mas de tal

⁽³²⁾ Citado por Manuel Garrido O. B. S. no comentário à Constituição Litúrgica da BAC., pag. 554.

⁽³³⁾ *Const. S. C.*, n.º 121.

⁽³⁴⁾ *Inst. Musicam Sacram*, n.º 7.

modo que não seja necessário cantar sempre todos os textos de per si destinados ao canto» ⁽³⁵⁾.

«Desde que seja feita com elevação artística e espiritual, é de recomendar uma celebração integralmente cantada. Todavia, pode ser vantajoso aplicar o princípio de uma solenização progressiva» ⁽³⁶⁾.

A lei da progressividade a que se referem estas prudentes normas permite o uso progressivo do canto na Liturgia, tendo em conta as várias etapas do crescimento das assembleias na participação e respeitando uma ordem de importância dos vários elementos da celebração. É uma lei eminentemente pastoral e pedagógica. Pastoral e pedagógica porque respeita as comunidades mais pobres e as ajuda a crescer passando de um grau elementar a um mais complexo e mais rico; e também porque aponta o critério para a escolha das partes que devem ser cantadas. Torna-se possível deste modo um certo grau de festa e de solenidade que torna mais atraente a celebração mesmo sem a abundância e riqueza de recursos, próprios de grandes comunidades. O ponto de partida é sempre a assembleia concreta, e o objectivo uma celebração coerente e verdadeiramente participada.

É evidente que nem todas as assembleias têm as mesmas possibilidades. Ao lado dos mosteiros, chamados a continuar a gloriosa tradição gregoriana, e das grandes igrejas de cidade, que dispõem de órgãos e bons corais, capazes de dar à Liturgia a riqueza de uma música evoluída, há as pequenas paróquias e capelas, com comunidades reduzidas em número e pobres em meios, também elas chamadas a participar pelo canto; nestas tem de começar-se por elementos muito simples: diálogos, aclamações, o Sanctus, o Pai Nosso, o Salmo responsorial — mas começar pelo que é mais importante.

No canto do Salmo responsorial começa-se pelos salmos comuns de cada tempo; são um meio de introduzir os cristãos na linguagem dos salmos e são mais fáceis. Importante é que não se fique no primeiro degrau da escada mas se aprenda a subir os outros degraus, de modo que, ao crescimento da comunidade na fé e na vida cristã, corresponda um crescimento também na capacidade e amadurecimento de participação na Sagrada Liturgia.

A Instrução Geral sobre o Missal Romano aponta uma norma para fazer a escolha das partes que devem ser de facto cantadas: «Na

⁽³⁵⁾ *Inst. Geral sobre o Missal Romano*, n.º 19.

⁽³⁶⁾ *Inst. Geral sobre a Liturgia das Horas*, n.º 273.

escolha das partes que, de facto, são cantadas, deve-se dar preferência às mais importantes e sobretudo àquelas que o sacerdote ou os ministros cantam com respostas do povo; ou então àquelas que o sacerdote e o povo devem proferir simultaneamente»⁽³⁷⁾. Esta norma é o resumo dos números 7 e 16 da Instrução *Musicam Sacram*:

«Nada mais festivo e mais desejável nas acções sagradas do que uma assembleia que, toda inteira, expressa a sua fé e a sua piedade por meio do canto. Por conseguinte, a participação activa de todo o povo a expressar-se no canto, se há-de promover diligentemente da seguinte maneira:

a) Inclua em primeiro lugar as aclamações, as respostas às saudações do celebrante e dos ministros e às orações litânicas; e ainda as antífonas e os salmos; e também os versículos intercalares ou refrão que se repete, assim como os hinos e cânticos (cf. S. C., 30);

b) Por meio de uma catequese e de uma pedagogia adaptadas, levar-se-á gradualmente o povo a participar cada vez mais nos cânticos que lhe pertencem, até alcançar a participação plena;

c) No entanto, alguns cânticos do povo, sobretudo se os fiéis não estão ainda suficientemente instruídos ou se empregam composições musicais a várias vozes, poderão confiar-se só ao coro, desde que não se exclua o povo das outras partes que lhe correspondem. Não deve aprovar-se a prática de confiar só ao grupo dos cantores o canto de todo o Próprio e de todo o Ordinário, excluindo totalmente o povo da participação cantada»⁽³⁸⁾.

Reconhece-se aqui a importância pastoral das aclamações, dos diálogos (eles mostram o lugar do presidente numa assembleia hierarquizada), das respostas às ladainhas (na Missa: Senhor tende piedade, oração dos fiéis, Cordeiro de Deus); e também das partes que devem ser proferidas pelo sacerdote e pelo povo: Sanctus, Pai Nosso, Credo. É isto o que deve pôr-se em relevo num grau de participação ainda não completo; vêm em segundo lugar os cânticos que são exclusivos da assembleia — os cânticos processionais de entrada, de apresentação das ofertas, e de comunhão e outros. O Salmo responsorial tem também grande importância.

A Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas aceita também o princípio da progressividade para o canto das Horas. Lembra a importância de Laudes e de Vésperas sobre as restantes Horas, a conveniência de começar o canto nos Domingos e dias festivos, e os critérios para

⁽³⁷⁾ *Inst. Geral sobre o Missal Romano*, n.º 19.

⁽³⁸⁾ *Inst. Musicam Sacram*, n.º 16.

escolher os elementos da celebração mais importantes. «A Liturgia das Horas não se há-de considerar como um belo monumento de tempos idos, que exige se conserve inalterado para excitar a admiração por si mesmo; importa antes que reviva numa forma nova, receba novo incremento, tornando-se expressão autêntica de uma comunidade radiante de vida»⁽³⁹⁾.

7. O ministério da música está ao serviço de uma participação plena

«Para chegar a essa eficácia plena, é necessário, porém, que os fiéis celebrem a Liturgia com rectidão de espírito, unam a sua mente às palavras que pronunciam, cooperem com a graça de Deus, não aconteça receberem-na em vão. Por conseguinte, devem os pastores de almas vigiar por que não só se observem, na acção litúrgica, as leis que regulam a celebração válida, mas que os fiéis participem nela consciente, activa e frutuosamente»⁽⁴⁰⁾.

Na Liturgia, o primado pertence à acção divina, mas as disposições pessoais dos participantes são necessárias e essenciais para receber o fruto espiritual. E, se é necessário educar para uma participação activa dentro das possibilidades da assembleia, não é menos necessário fazer uma profunda e séria formação espiritual para conseguir uma participação pela graça. Formação técnica sobre as leis da celebração, sobre o canto, a dicção, as posições e atitudes, o exercício dos vários ministérios, mas formação espiritual, bíblica e ascética.

«Como toda a formação, a educação litúrgica e a realização da participação activa devem ser feitas progressivamente, de modo que a assimilação de cada etapa prepare a da etapa seguinte, estabelecendo a ligação entre as novas práticas já conhecidas e vividas. Será também preciso ter em conta a diversidade de idades e cultura religiosa. O padre deve rever o estilo da sua pastoral litúrgica em função das diferenças entre as diversas paróquias e auditórios, estabelecendo a conveniente proporção entre o esforço pedido e a capacidade do meio ao qual se dirige». P. M. Gy.

MANUEL LUÍS

⁽³⁹⁾ *Inst. Geral sobre a Liturgia das Horas*, n.º 273.

⁽⁴⁰⁾ *Const. S. C.*, n.º 11.

OS MINISTÉRIOS NA LITURGIA

Não vai longe o tempo, em que um padre, quando queria celebrar Missa, entre outras circunstâncias de que tinha de se rodear, era a de um ajudante. Desde que houvesse um padre e um ajudante, existia a «assembleia» mínima indispensável para se poder celebrar Missa. Mas falar de «assembleia» em tais circunstâncias era comprometer as palavras e conservar-lhes quase só o seu sentido arqueológico; na realidade não se tratava de assembleia. Por isso, também não seria normal pretender descobrir, em tais circunstâncias, o sentido de ministérios ou serviços litúrgicos, nem notar consequentemente a falta de quem os desempenhasse. Mas estava-se então numa assembleia-limite, reduzida à sua expressão mais simples, incapaz de nos formar a imagem de uma assembleia autêntica, na qual pudessem aparecer várias funções, desempenhadas pelos respectivos ministros.

Tal situação deseducou-nos, antes ainda de termos sido educados, no sentido, na estruturação e no funcionamento de uma assembleia litúrgica normal. Por isso, hoje temos necessidade de procurar descobrir a assembleia litúrgica, a sua significação, a sua estrutura, para podermos descobrir ne nela os seus diversos participantes e a função e actuação de cada um deles. A finalidade de quanto vai ser exposto é ajudar a transpor para a celebração litúrgica os princípios teológicos sobre os ministérios na Igreja, enunciados noutro lugar, em ordem a obtermos assembleias onde a celebração seja verdadeira epifania ou manifestação da mesma Igreja, a participar, de maneira correcta, isto é, como diz o Concílio, da maneira inteligente, consciente, activa e piedosa, nessa mesma celebração.

I

A ASSEMBLEIA CELEBRANTE

Assembleia celebrante, eis uma expressão que, há alguns anos atrás, não deixaria de causar certa impressão desagradável, senão mesmo um tanto escandalosa. Celebrante era palavra que só se dizia do sacerdote

que presidia à celebração. Mas a consciência que progressivamente se foi desenvolvendo de que a celebração não é apenas acção do sacerdote, mas de toda a assembleia, permitiu que se pudesse vir a falar de assembleia celebrante, isto é, assembleia que celebra. «*Celebrante*» não é, portanto, aqui o mesmo que «*presidente*». A assembleia terá um presidente, mas toda ela celebra, toda ela é celebrante.

Esta afirmação não é mais do que a consequência da doutrina do Corpo místico, que nos apresenta a Igreja como o Corpo de Cristo, Corpo este que Cristo associa sempre a Si na celebração da liturgia (SC 7).

Ao falarmos aqui de assembleia não se quer dizer multidão, nem sequer simplesmente agrupamento. Chamando à Igreja Corpo de Cristo, S. Paulo pretende sobretudo sublinhar a relação mútua entre os diversos membros desse Corpo e entre estes e Cristo. Começa ele logo por dizer que a Cabeça da Igreja é Cristo e que nós somos os membros. A assembleia litúrgica vai reproduzir uma certa imagem desta Igreja.

Daí que a assembleia litúrgica, como a própria Igreja, há-de aparecer uma no seu todo, diversificada nos seus membros. Não me refiro aqui à diversidade das pessoas que nela tomam parte em razão da origem, da idade, da cultura, do grau de preparação ou de qualquer diferenciação social. Quando falo de diferenciação nos membros da assembleia, refiro-me à diversidade de funções ou serviços no meio da assembleia, aquilo a que chamamos ministérios litúrgicos.

Os ministérios litúrgicos

É tendência muito espontânea e generalizada supor-se que os ministérios nasceram e existem na Igreja em função da liturgia. E não é assim. A liturgia não é a única actividade da Igreja. Certamente que há ministérios especialmente destinados à liturgia: um ministro da comunhão não foi nomeado para tal para responder a problemas de administração na Igreja, embora o possa fazer cumulativamente. Mas, se ao falarmos de ministérios pensamos logo em actividades de ordem litúrgica, é certamente porque a liturgia é realmente o «vértice» e a «fonte» de toda a actividade da Igreja (SC 10) e ainda porque a liturgia se tornou, muitas vezes, a actividade quase única na comunidade cristã como tal. Mas não foi sempre assim.

Em qualquer caso, a celebração litúrgica exige a presença de diversos ministros e ministros de várias ordens.

Suposto dos livros litúrgicos

A presença de ministros na celebração litúrgica é suposição constante dos livros que a orientam, porque é a própria estrutura da celebração que os exige: a serviços diversos hão-de corresponder diversos servidores ou ministros. Por vezes até, como há alguns anos atrás no «*Rito simples da celebração da Semana Santa*», determinado número de ministros era absolutamente requerido, bem como certa formação básica dos mesmos, para que se pudessem realizar certas celebrações, como a Vigília pascal, e «os bispos devem velar por que esta dupla condição seja perfeitamente observada». A presença de ministros na celebração não é uma questão de luxo ou elemento decorativo, mas exigência da própria estrutura da assembleia por um lado, e, por outro, da celebração, como veremos.

As razões de tal disposição podemos encontrá-las nos enunciados que se seguem. Elas são de ordem teológica, de ordem histórica, de ordem prática. Aliás, estas diversas ordens sobrepõem-se umas às outras, de modo que o que acontece por razão prática, de necessidade, por exemplo, a presença de um sacerdote para presidir à Eucaristia, de um leitor para proclamar a leitura, de um cantor para cantar, tem igualmente a sua razão teológica, testemunhada pela tradição histórica.

Razões de ordem teológica

A assembleia litúrgica é, como se disse, a mais significativa expressão da Igreja, é como que a sua epifania. A celebração litúrgica é a assembleia orante da comunidade cristã, assembleia que revela o dinamismo íntimo dessa mesma comunidade, diria a sua personalidade profunda. A comunidade cristã, o mesmo é que dizer a Igreja, é um sinal; para além do que nela é visível oculta-se um mistério. Ela é o Corpo de Cristo. Cristo é a sua Cabeça e nós os seus membros. Esta maneira de falar é uma comparação, é certo, mas inspirada e elucidativa. E a celebração litúrgica é o momento maximamente revelador desse mistério; e não só na Palavra de Deus que é proclamada, nem só também nos sinais sacramentais, seja ele o da Eucaristia, mas já na assembleia celebrante em si mesma. Como na própria Igreja, assim na assembleia se manifesta aquele Corpo místico, Cristo Cabeça e membros, diferenciados estes uns dos outros, na pluralidade das suas funções, na unidade do mesmo Corpo, da mesma assembleia. O Concílio Vaticano II não

teve receio de afirmar que «Cristo está sempre presente na sua Igreja, especialmente nas acções litúrgicas» (SC 7). E concretizando, especifica: «no sacrifício da Missa, tanto na pessoa do ministro,... como e sobretudo sob as espécies eucarísticas,... nos sacramentos,... na sua palavra, e ... quando a Igreja reza e canta...» (*ib.*). A assembleia celebrante e nela também a pessoa do ministro são também lugares da presença de Cristo, onde Ele actua, onde Ele se revela. Ora, se a Igreja é toda ela ministerial, é-o diferenciadamente em cada um dos seus membros.

É, pois, normal, consentâneo com a própria natureza da assembleia litúrgica, imagem e manifestação da Igreja, que nela apareçam serviços diferenciados, com a correspondente diversidade de ministros. Não é normal que o presidente absorva todos os serviços que integram a celebração; a cada serviço o seu servidor, o seu ministro. Naturalmente, não se trata de inventar necessidades, para colocar pessoas; mas é, por outro lado, normal que, pelo menos, os ministros da ordem sacra — bispos, presbíteros e diáconos — apareçam na celebração litúrgica, ocupando o lugar da sua ordem e, se necessário, desempenhando as funções do seu ministério. É este princípio que justifica, por exemplo, a concelebração.

Uma tradição constante

Escreve P. Jounal: «As funções (litúrgicas) evoluíram, os ministérios variaram, mas o exercício dos mesmos faz parte da tradição universal da Igreja no tempo e no espaço». Depois demonstra a afirmação em longa exposição histórico-geográfica, que tenho a tentação de resumir.

No século II

O testemunho mais antigo da presença de ministros na celebração vem-nos de S. Justino (†c. 165) e o mais recente do Missal Romano promulgado por Paulo VI em 1969, com uma nova edição em 1975.

S. Justino, ao descrever a celebração da Eucaristia, fala do *presidente*, «aquele que preside», dos *diáconos*, «aqueles de entre nós que se chamam diáconos» e «que levam a Eucaristia aos ausentes», do *leitor*, que lê «as Memórias dos Apóstolos e os escritos dos profetas». Entre o presidente e os fiéis, exercem-se portanto dois ministérios: o do diácono e o do leitor.

O diácono tinha sido já referido anteriormente por S. Inácio de Antioquia (fc. 110), mas não lhe é expressamente atribuído nenhum ministério litúrgico; S. Inácio diz apenas: «Sem bispo, presbíteros e diáconos não há Igreja».

Quanto ao leitor, é a primeira vez que se fala dele. Pelo termo empregado por S. Justino parece tratar-se já de um ministério fixo, permanente, oficial; isto apesar das assembleias serem, nesta época, reduzidas, limitadas ao quadro de uma casa particular; ainda não há igrejas; a Igreja não tem ainda direito de cidade.

No século III

Nesta época aparecem o que os autores chamam as «Casas da Igreja», lugares mais espaçosos, podendo receber assembleias até 400 pessoas. O lugar da celebração vai ter influência determinante no desenvolvimento das funções ministeriais.

Nesta época os *diáconos* e os *leitores* são os ministros por excelência ao lado do presidente. A descrição mais completa da assembleia litúrgica do século III é a que se pode ler na *Didascália dos Apóstolos*, escrito de origem siríaca do meado do século III. Aí se encontram o *bispo* que preside, e até fez a leitura, os *presbíteros* junto do bispo, os *diáconos*, que velam pela boa ordem na assembleia, os *leitores*, que não têm o monopólio das leituras, enfim, os *fiéis*, homens e mulheres, jovens de ambos os sexos e crianças, onde cada qual tem previsto o seu lugar e está no lugar previsto.

Em relação a Roma, temos dois documentos fundamentais: a *Tradição Apostólica* de S. Hipólito, de cerca do ano 220, e a *Carta do papa S. Cornélio a Fábio de Antioquia*, do ano 251.

No primeiro, além do *diácono* e do *leitor*, aparece o *subdiácono*, que parece não desempenhar ainda uma função litúrgica, mas ser apenas um ajudante do diácono nas suas funções administrativas. Quanto ao *diácono*, ele tem a seu cargo vários ministérios litúrgicos, aos quais se vêm juntar o de «instruir os que se encontram na assembleia» (c. 33); têm, além disso, pesados encargos administrativos e sociais. O *leitor* continua o seu ministério tradicional.

Grande novidade é o que nos vai revelar a *Carta de Cornélio a Fábio de Antioquia*, trinta anos mais tarde: em Roma, o papa tem, nessa altura, reunidos em volta de si 46 presbíteros, 7 diáconos, 7 subdiáconos, 42 acólitos e 52 exorcistas, leitores e porteiros. É exactamente a lista das ordens referida numa das orações de Sexta-feira Santa, em

uso desde o século V, e introduzida no Pontifical Romano desde o século XI, e em vigor até aos nossos dias.

O diácono deixou de ter a seu cargo o manter a ordem na assembleia; para tal, foram criados os *porteiros* (*ostiários*). Os *acólitos*, em grupos de 6, encabeçados por um subdiácono, (poderíamos dizer: um protoacólito) são a equipa do diácono, omposta assim de sete membros, mas que não têm necessariamente funções litúrgicas, senão administrativas. Ficam os *exorcistas*, cujas funções nos são mal conhecidas; sabemos apenas que o exorcista fazia a imposição das mãos para afastar os demónios. Os *leitores*, na lista da Carta do papa Cornélio, são apenas um sector, entre os exorcistas e os porteiros, no meio dos 52 clérigos inferiores.

Em *Africa*, porém, o testemunho de S. Cipriano (†258) mostra o *leitor* rodeado de grande respeito; não fala de *porteiros*, só acidentalmente se refere ao *exorcista*; *subdiáconos* e *acólitos* continuam a ter ocupações não litúrgicas. Por outro lado, Cipriano não tem escrúpulo de convidar para fazer a leitura no dia de Páscoa um leigo, Sáturo, que, aliás, algum tempo depois nomeará leitor. O *leitor* lê a palavra de Deus na assembleia, ajuda na instrução a dar aos catecúmenos (Ep. 29) e é o detentor dos Livros Santos, honra perigosa em tempo de perseguição, como se pôde observar quando do processo verbal da Igreja de Cirte, a actual Constantinina, em 19 de Maio de 303, em que seis leitores são obrigados a entregar às autoridades 22 volumes das Escrituras. Estes clérigos tinham a sua profissão pessoal: um trabalhava em mármore, outro era náutico. Quando o leitor subia a outro cargo, entregava os Livros ao seu sucessor.

De tudo isto se pode concluir que no fim do século III, em Roma, em *África* ou no Oriente, a assembleia litúrgica se encontrava bem estruturada.

Todas aquelas diversas «ordens», sem procurar ser demasiado exigente na significação desta palavra, desempenham as diversas funções na assembleia litúrgica ou os diversos serviços administrativos e de caridade na comunidade, e são reconhecidos como tais. Na hora da perseguição, serão procurados como sinal da Igreja e vão ser encontrados em volta do bispo, prontos a dar o testemunho do sangue à sua fé em Cristo, como sucedeu a 6 de Agosto de 258, quando o bispo de Roma, o papa Sisto II, foi preso em plena assembleia litúrgica e decapitado com 6 dos seus diáconos; quatro dias depois, a 10 de Agosto, seria a vez do arqui-diácono Lourenço, e de mais um presbítero, um subdiácono, um leitor e um porteiro.

Não é aqui a ocasião de fazermos a história de todos os ministérios litúrgicos. Ela não é aliás muito simples, nem se processa em continuidade absoluta, como já tivemos ocasião de observar. Bastem-nos somente algumas afirmações à maneira do que poderia ser a conclusão de uma análise histórica que não será feita.

As coisas não se passaram da maneira idêntica no Oriente e no Ocidente; nem, em cada uma destas regiões, da mesma maneira em todos os lugares.

Enquanto que no Ocidente, em Roma, já no século III tínhamos toda aquela lista de ministérios que nos é exposta na Carta do papa Cornélio, o Oriente nunca conheceu, abaixo do diácono, senão o *subdiácono* e o *leitor*; em compensação conheceu o *salmista* ou *cantor do salmo*, função que, nos outros lugares, era substituída pelo leitor ou até, como em Roma até ao tempo de S. Gregório, pelo diácono.

Outra ideia que é bom esclarecer é que ministérios litúrgicos e Ordens, (maiores ou menores) não vão necessariamente a par. Deram-se, além disso, mudanças e procedeu-se a trocas no exercício das diversas funções: a leitura do Evangelho passou do leitor para o diácono, a da epístola para o subdiácono, os acólitos tomam lugar cada vez mais importante na celebração da Eucaristia.

A partir do século IV, uma vez reconhecida a existência legal da Igreja e restabelecida a paz no tempo de Constantino (313), a assembleia litúrgica não se reúne já nas casas particulares nem na sala grande das Casas da Igreja, mas em vastas basílicas que se erguem por toda a parte. Um dos elementos que mais vai dar nas vistas nestas celebrações* é a abundância de pessoal: para assembleias numerosas muitos ministros intervenientes. Uma das funções que continuou a merecer particular atenção foi o *acolhimento aos irmãos*, dada a grande afluência às celebrações e até as frequentes pessoas de passagem. A maior vítima destas mutações foi o *leitor*, a quem foram subtraídas as leituras principais. O *diácono* confia ao *acólito* o levar a Eucaristia aos ausentes; em compensação acompanha a distribuição da comunhão, oferecendo aos comungantes o cálice com o Sangue do Senhor, torna-se o ordenador da assembleia, convidando-a a escutar, a guardar silêncio, a inclinar-se para a bênção, a retirar-se uma vez terminada a celebração. Chegará mesmo a ser o guia de oração, ao menos no Oriente, porque, em Roma, é o presidente que pronuncia os convites ou invitatórios antes da oração.

O *acólito* tem como função levar a Eucaristia aos ausentes; mas também vai ser ampliado o seu ministério: toma parte nos exor-

cismos preparatórios para o baptismo e, na Missa papal, é o ministro da luz; intervém ainda no serviço do altar: leva os vasos para a Eucaristia, vem ao altar com os seus sacos buscar o pão consagrado e apresenta-o aos bispos concelebrantes, colocados em volta do papa, para que estes façam a fracção. Assim, em Roma, no século VII. Muitos destes vestígios conservaram-se até hoje.

O *leitor*, porém, nem sequer é nomeado nesta missa papal.

Do século VIII ao XX

Depois do tempo que temos estado a observar até ao concílio Vaticano II a evolução foi sobretudo no sentido de empobrecimento dos ministérios litúrgicos. Não vale a pena demorarmo-nos na análise dos factos. Basta pensar que o ministério diaconal desapareceu, porque... já não havia diáconos. Quando muito, pedia-se a um presbítero que vestisse a dalmática e que «fizesse de diácono»! De modo semelhante, o subdiácono, elevado agora à categoria de ordem maior, vestindo praticamente como o que faz de diácono, leva a que fiquem completamente esbatidas as respectivas funções.

Quanto ao *acólito*, acabou por ter, na missa rezada, agora a mais frequente, o único ministério exercido, além do do presidente: o de ajudante da missa!

Nos últimos anos de pontificado de Pio XII assistimos ao princípio da grande reforma litúrgica, que o Concílio havia de prosseguir e levar a seu termo. Aí assistimos à revalorização do diácono, na Missa *cum diacono*, e do leitor.

Depois, o Concílio abriu a possibilidade da restauração do diácono permanente. E a reforma pós-conciliar extingue o subdiácono, o exorcista e o ostiário (o porteiro), mantém o acólito e o leitor, restitui-os igualmente a ministros permanentes, mas acaba com a sua ordem, passando a ordenação dos mesmos a instituição, e mantém-nos entre os leigos. Admite ainda a possibilidade de ministros extraordinários da comunhão, mais ou menos permanentes ou simplesmente ocasionais, bem como aceita que outros leigos, mesmo não instituídos, possam exercer a função de acólitos; leitores, salmistas e cantores.

Exigências da própria celebração

O que a tradição litúrgica nos diz sobre os diversos ministérios é já resposta às exigências da celebração. Não se criam ministros por

si mesmos, nem apenas para fazer uma como que que manifestação visual da estrutura da assembleia, mas porque a estrutura da celebração o exige e isso condiz com a natureza da assembleia. Se há um presidente, é porque há uma assembleia que é necessário ser presidida; se há um leitor, é porque há uma leitura que precisa de ser lida; se há um cantor, é porque há um cântico que deve ser cantado. Donde, a melhor maneira de compreender os ministérios litúrgicos é compreender a acção litúrgica onde eles terão de intervir. A definição do ministério de cada um deriva da resposta que é preciso dar a determinado serviço na celebração e, na celebração, a cada caso concreto. Os ministros da liturgia basilical não são os mesmos que os da liturgia doméstica. Não se trata, de maneira nenhum, de abrir o campo à imaginação e à aventura, mas de compreender o que é a celebração e o que é a assembleia, em cada caso concreto e em cada espaço determinado, e dar resposta ao que cada caso exige. É para tanto que as reflexões anteriores hão-de servir.

II

OS VÁRIOS MINISTÉRIOS

A celebração, toda ela serviço divino

Passemos agora a situações mais concretas do presente com as luzes trazidas das situações concretas do passado. E comecemos por explicar as palavras.

Ministério vem de ministro. *Ministro*, significa etimologicamente *aquele que é menos*, e diz-se de alguém em comparação com outro que lhe é superior. Ministros, na liturgia, são todos aqueles que desempenham determinadas funções ou serviços ou ministérios, colocados abaixo do presidente da assembleia litúrgica. Neste sentido, o presidente não é rigorosamente um ministro. Digo que os ministros desempenham determinadas funções ou *serviços*. Por isso, na realidade, *ministro* é o mesmo que *servo* (donde deriva *serviço*). Em grego, a palavra que corresponde a *servo* é precisamente *diácono*; e o diácono continua justamente a ser o ministro por excelência na liturgia.

Paralelamente, como acima se adiantou, *ministério* quer dizer *serviço*, função que o *ministro* desempenha. No entanto, na prática corrente, ministério não designa só o serviço de um ministro, de um subalterno, e pode muito bem dizer-se também da função do presidente, e assim

fala-se do ministério de presidente, como se fala do ministério episcopal ou do ministério do leitor. Mas, como vimos, já não é muito normal chamar ministro ao presidente da assembleia. É uma questão de uso. Todavia, é muito tradicional dizer-se o *serviço divino* para designar a liturgia em geral.

Ao falarmos de ministérios litúrgicos, de serviços na liturgia, convém começar por afirmar que a celebração é, toda ela, um serviço divino, um ministério cultural. Os nossos irmãos protestantes ainda conservam a expressão *serviço religioso* para designar certos actos do seu culto.

A celebração litúrgica é, no seu todo, serviço, ministério, o *serviço* dos *servos*, o *ministério* dos *ministros* do culto, que são todos os membros do povo de Deus, todo ele povo sacerdotal, povo que celebra, povo que é, todo ele, celebrante.

Mas, como no princípio ficou dito, neste povo, como num corpo, cada membro tem a sua função, e, no serviço litúrgico, alguns terão serviços especializados para realizarem a acção comum a todos. Por isso, alguns poderão ser chamados, com razão especial, «ministros da liturgia».

A assembleia celebrante

Uma das concretizações mais profundas da reforma litúrgica conciliar foi a restituição da assembleia litúrgica ao seu pleno funcionamento. A assembleia litúrgica cristã não é multidão passiva que assiste mas assembleia orgânica que vive, e toma parte activa na celebração. Os princípios enunciados na Constituição conciliar passaram depois à prática e tomaram corpo na maneira como se organizaram as celebrações nos diversos livros litúrgicos. Para o caso especial da celebração da Missa, esses princípios encontram-se explicitados e aplicados na *Instrução Geral do Missal Romano*, que serve de introdução ao mesmo. Mas eles vêm já assim anunciados na Constituição conciliar: «A acção litúrgica não é acção privada, mas celebração da Igreja, que é «sacramento de unidade,» povo santo reunido e ordenado sob a acção dos Bispos. Por isso, tal acção pertence a todo o Corpo da Igreja, manifesta-o, implica-o, atingindo porém cada um dos membros de modos diversos segundo a variedade dos estados, das funções e da actual participação» (SC 26).

Quer dizer, as acções litúrgicas são acção da Igreja, mas tocam cada membro da mesma, segundo a situação efectiva de cada um.

E continua a Constituição sobre a Liturgia: «Nas celebrações da sagrada Liturgia, limite-se cada um, ministro ou fiel, ao exercer o seu ofício, a fazer tudo e só o que é da sua competência, segundo a natureza do rito e as leis litúrgicas» (n. 28). Donde se conclui que uma assembleia, para participar de maneira activa na celebração, deve participar de maneira orgânica, isto é, cada um conforme o lugar que ocupa, o estado em que se encontra em relação à assembleia, a função que desempenha, a participação que é chamado a dar.

Entrevê-se logo aqui a diversidade de ministérios e de ministros que pode entrar na assembleia celebrante e que cada livro litúrgico se encarrega, por sua vez, de especificar para cada caso. Alguns deles são comuns a todas ou quase todas as celebrações; outros só aparecem em determinadas celebrações. Cada celebração deve ter os ministros que lhe competem, estes devem fazer o que lhes pertence, nenhum há-de ultrapassar a sua função, todos têm de conhecer bem o seu papel, executá-lo com perfeição, animá-lo de verdadeiro espírito, porque a liturgia é a oração da Igreja, o mesmo que é dizer, a oração de Jesus Cristo na sua Igreja.

Enumeremos, pois, esses ministérios, para falarmos dos diversos ministros que os hão-de desempenhar.

O ministério da presidência

A assembleia cristã é presidida por um *presidente*. O presidente nato da assembleia é o bispo, porque o bispo é o chefe, a cabeça, da Igreja, da comunidade. O bispo não preside para dar solenidade à celebração; quando muito, a celebração recebe solenidade do facto de o bispo presidir a ela; mas então é preciso entender «solenidade» não como qualquer coisa de exterior, mas como revolução mais perfeita do mistério celebrado e do mistério da Igreja que o celebra.

Na ausência de bispo, substitui-o o presbítero. Presidir é o primeiro ministério na liturgia; no entanto, na linha do que fica exposto, não se costuma chamar ministro ao presidente; ao menos, no sentido mais técnico.

A função do presidente é, antes de mais, ser o sinal de Cristo como Cabeça da Igreja no meio da assembleia. A Igreja é o Corpo de Cristo; Cristo é a Cabeça. A assembleia litúrgica é sinal de Igreja; na assembleia, o presidente é o sinal de Cristo, enquanto Cabeça da Igreja.

Com esta significação, de ser sinal de Cristo enquanto cabeça, o presidente, na linha da acção, o que faz é, antes de mais, *presidir*, isto é, *estar à frente* — por isso, toma lugar à cabeça da assembleia; depois, *dirigir-lhe a palavra*, — por isso faz a homília; *formular a oração e convidar para ela*, — por isso, faz os invitatórios, diz as orações, sobretudo a oração eucarística; dar aos *sinais sacramentais* a autenticidade e daí garantir-lhes a eficácia, — por isso, realiza os actos essenciais da consagração eucarística e dos demais sacramentos; *fazer a unidade* da assembleia e imprimir-lhe o ritmo próprio de Igreja em oração, — por isso, ele é o condutor nato da mesma.

Os ministérios dos ministros — O diácono

Como já ficou explicado, rigorosamente falando, ministros são os que intervêm na celebração ao lado do presidente ou de outros ministros ou entre estes e a assembleia.

O ministro por excelência é o diácono, como até o nome indica. Assim, vemo-lo já em S. Justino (séc. II) a levar a Eucaristia aos ausentes e, na *Tradição Apostólica* de S. Hipólito (séc. III), a trazer a oblação ao altar. O diácono, mesmo quando esteve incumbido de outros serviços não litúrgicos, teve sempre, mesmo ao lado de outros ministros, alguns serviços litúrgicos: ele foi o *superior* da ordem na assembleia e também o seu *condutor* ao lado do presidente, foi ministro de *distribuição da Eucaristia* e, a partir de certa altura, especialmente do Sangue do Senhor; tornou-se o *leitor do Evangelho*, serviços estes que ainda hoje são seus.

Quando hoje se fala na criação de diáconos permanentes, a pergunta que imediatamente surge é esta: «Que fazem os diáconos diferente dos padres? Só não dizem Missa, nem confessam!» É uma maneira de reflectir toda a pragmática que parece pretender empurrar os diáconos para que dêem mais um passo e cheguem a padres; e evitar que haja assim um «padre desperdiçado»! Mas não será maneira de racionar toda influenciada pelo hábito em que estamos de ser o padre a fazer tudo, a tomar conta de tudo, e quando muito, a ser coadjuvado por outros, mas a título de simples ajuda? Sem dúvida que o sacerdote — o bispo ou o sacerdote seu delegado — é a cabeça da comunidade e, na celebração litúrgica, da assembleia reunida; mas a outros caberão outras funções, que lhes competirão como próprias também, e que os integram no conjunto da comunidade e depois da assembleia; entre eles, e antes de mais, estão os diáconos. A presença e a actuação do

diácono na celebração litúrgica será o sinal mais significativo da sua presença e da sua acção em toda a vida da comunidade, mesmo fora da liturgia.

O ministério do leitor

Já ficou apontado como o leitor aparece na primeira descrição da celebração eucarística, em S. Justino, e como o seu papel se foi ofuscando, cedendo a leitura do Evangelho ao diácono, a da epístola ao subdiácono, a ponto de deixar praticamente de exercer o seu ministério, que o século XX vê, de novo, reaparecer.

A importância do ministério do leitor vem da importância que reveste, na assembleia litúrgica, a proclamação da Palavra de Deus, porque o seu ministério consiste em proclamar a Palavra de Deus na assembleia. Mas os leitores de Cartago, que, no tempo de S. Cipriano, entregaram os 22 livros sagrados quando da devassa policial, não os guardaram certamente apenas para depois carregarem com eles até ao lugar de celebração na altura da Missa! Aliás, encontramos leitores que são também catequistas. Hoje em dia voltamos a encontrá-los até a presidirem a assembleias reunidas para celebrar a Palavra, quando não se lhe segue a celebração da Eucaristia. Parece, pois, que novos caminhos se abrem aos leitores.

O salmista

Ainda orientado para a Palavra há outro ministro que desapareceu completamente das celebrações habituais, por falta de ministério: o salmista. O salmista é o cantor do salmo que, em muitas circunstâncias, se segue à leitura. Este ministério não é atestado por S. Justino; mas outras fontes no-lo atestam como muito antigo. A palavra proclamada na leitura provoca na assembleia uma resposta básica no canto dos salmos. O salmo é também palavra inspirada, palavra da Escritura. Proclamá-lo é continuar, de outra maneira, a proclamação da Palavra. Que visto se faça cantando é, ao mesmo tempo, exigido pela natureza do salmo, um poema, e pela necessidade que a assembleia tem de se exprimir de forma lírica, que o canto naturalmente favorece. Quando a maneira responsorial de cantar o salmo foi substituída por outras formas mais complexas, como aquelas de que dão testemunho as melodias gregorianas — aliás bellíssimas —, o salmista

ou teve de ser um virtuoso de capacidades musicais extraordinárias ou foi simplesmente substituído pelo coro. E o salmista morreu.

O salmo responsorial ressuscitou, graças a Deus, nos novos Leccionários; mas o salmista ainda não. E já lá vão alguns anos depois que estão coisas acontecidas! Por isso, e também porque se não entendeu ainda a estrutura da celebração da Palavra e talvez também ainda porque as músicas nem sempre estão acessíveis, e salmo responsorial acaba, a maior parte das vezes, por ser substituído por um cântico *qualquer*. E não está certo!

O acólito

Em relação ao acólito, acontece que a palavra não correspondeu sempre à mesma ideia. Desde o acólito, membro do grupo de auxiliares do diácono, na Roma antiga, até ao actual, que substitui, em parte, o antigo subdiácono agora desaparecido, percorreu-se um grande caminho.

De um modo geral, o acólito é ministro do altar. O Missal concretiza assim as suas funções: leva a cruz na procissão de entrada a caminho do altar, durante a celebração está ao serviço do sacerdote ou do diácono para o que for necessário, como apresentar-lhes o livro; no momento da apresentação dos dons (ofertório) prepara o altar; se for necessário, ajuda o sacerdote a receber os dons do povo e possivelmente leva ao altar e entrega ao sacerdote o pão e o vinho; se houver incenso, entrega ao sacerdote o turíbulo e assiste-o durante a incensação; pode ajudar o sacerdote a distribuir a comunhão, como ministro extraordinário e, se a comunhão se fizer sob as duas espécies, serve o cálice aos comungantes ou segura-o, se a comunhão for por «intinção»; ajuda o sacerdote ou o diácono na purificação e arrumação dos vasos sagrados, e, na ausência de diácono, ele mesmo leva os vasos sagrados para a credência, e aí os purifica e arruma.

Se vários serviços ocorrerem ao mesmo tempo, é conveniente distribuí-los por vários; se estiver um só, ele que faça o mais importante e deixe o resto a outros ministros» (IGMR, 142-152 na 2.^a ed.).

Em princípio, a palavra «acólito» refere-se, neste contexto, aos acólitos propriamente ditos, ou seja aos que foram «instituídos», segundo o rito da *Instituição de ... Acólitos*, no Pontifical Romano.

De facto, há pelo menos uma função prevista para o acólito, embora a título extraordinário, que não pode ser confiada, nem sequer a «outros ministros», que é a distribuição da comunhão; só àqueles

que para tal sejam «nomeados» (não «instituídos») expressamente para este único serviço de distribuir a comunhão, e que, até por isso mesmo, são chamados «ministros extraordinários da comunhão»; mas estes tais não são acólitos. No entanto, vários daqueles serviços dos acólitos propriamente ditos poderão ser desempenhados por certos outros leigos.

O coro

Em relação ao coro ou «schola cantorum» o Missal dá a seguinte indicação: «Entre os fiéis, exerce uma função litúrgica própria a «schola cantorum» ou coro. Pertence-lhe ter a seu cuidado a execução conveniente das partes que lhe são próprias, conforme os diversos géneros de cânticos, e fomentar a participação activa dos fiéis por meio do canto. O que se diz do coro vale, também, na devida proporção, para outros músicos, sobretudo para o organista» (IGMR, n. 63).

«É conveniente que haja um cantor ou mestre do coro que dirija e sustente o canto do povo. E até, na falta de coro, compete-lhe dirigir os diversos cânticos, com a participação do povo nas partes que lhe competem» (Ib. 64).

O coro é, portanto, parte da assembleia dos fiéis, e, como tal, é entre os fiéis que deve ocupar o seu lugar, à frente da mesma, não longe do santuário, mas de maneira que possa desempenhar o seu papel com discreção.

Quanto à sua função, ela fica sintetizada nos números do Missal atrás citados. Poderia certamente desdobrar-se um pouco mais, dizendo que a função do coro é dialogar com a assembleia, reforçar o canto da mesma, e até, em certos casos, cantar para oferecer à assembleia tema de meditação ou mesmo para a substituir, no caso de a assembleia não poder cantar.

Fica portanto excluído o tipo de conjunto coral cuja função fosse primariamente «abrilhantar» festividades, quer ele cante música mais ou menos clássica, quer cante música moderna; com maioria de razão, os conjuntos instrumentais de características semelhantes.

O comentador

Esta personagem viu a sua entrada entre os ministros na Instrução «De musica sacra et liturgia» de 3 de Setembro de 1958. Dizia então

então a mesma Instrução, no n. 96: «A participação activa dos fiéis, especialmente na santa Missa e em certas acções litúrgicas mais complexas, pode conseguir-se mais facilmente, se intervier um «comentador»...». Nesse momento, estava-se ainda no tempo da liturgia quase toda em latim, e a função do presidente como condutor nato da assembleia não estaria então ainda tão consciencializada como hoje o está. Assim, a função do «comentador» diminuiu certamente desde então para cá, mas pode ter ainda a sua oportunidade. O Missal refere-se-lhe nestes termos: «Dos ministros que têm uma função fora do presbitério, faz parte o comentador, incumbido de fazer aos fiéis explicações e admonições, para os introduzir na celebração e os dispor para melhor a compreenderem. As monições do comentador sejam muito bem preparadas e muito sóbrias. No desempenho da sua função, o comentador está num lugar apto, em frente dos fiéis, mas é menos conveniente que suba para o ambão» (IGMR, 68 a)).

Em qualquer caso, tenha-se presente que a celebração é o momento de celebrar, e não de explicar a celebração.

Ministros do acolhimento

Pode haver lugar para «ministros que acolham os fiéis à parte da igreja e os disponham nos seus lugares, e que os conduzam em boa ordem nas procissões» (IGMR, 68 b)); assim se exprime o Missal. De facto, a assembleia pode ganhar muito, se, logo desde o início, as pessoas se sentirem acolhidas e como que introduzidas na reunião da assembleia por quem lhes possa indicar os lugares, distribuir uma folha com os cânticos ou outros elementos destinados à celebração, etc..

Ministro da recolha das ofertas

O Missal (IGMR, 68 c)) limita-se a referir estes possíveis ministros. Não há celebração de Missa dominical em que a recolha das ofertas não ocupe um momento, e geralmente significativo, da celebração. Nem se trata de uma «cobrança», mas de recolha de ofertas, algumas das quais dentro de momentos serão «oblatas» no altar. A entrega de dons ao presidente é já referida por S. Justino na Missa do século II. Este gesto corresponde, de facto, a uma exigência da consciência dos fiéis», de participarem no apoio a prestarem à comunidade local ou a

outras. Para sublinhar o sentido ritual desta entrega e para facilitar a boa ordem neste momento é oportuno que haja ministros próprios para esta função.

E a Introdução Geral do Missal Romano termina este capítulo com a seguinte recomendação com a qual termino: «A preparação efectiva de cada celebração litúrgica há-de fazer-se em boa harmonia entre todos aqueles a quem tal diz respeito, seja no que se refere aos ritos, seja ao aspecto pastoral e musical, sob a orientação do reitor da igreja e ouvidos também os fiéis naquilo que a eles directamente diz respeito (IGMR, 73).

JOSÉ DA COSTA FERREIRA

Noticiário

IV ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA

Realizou-se no Santuário de Fátima, de 18 a 22 do passado mês de Setembro, o IV Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, promovido, como todos os outros, pelo Secretariado Nacional de Liturgia.

Além da Comissão Episcopal de Liturgia em exercício, formada por D. João Alves, Bispo de Coimbra, D. António Francisco Marques, Bispo de Santarém, respectivamente Presidente e Vogal desta Comissão, Mons. Aníbal Ramos, Secretário da Comissão e Director do Secretariado, participaram nos trabalhos D. Manuel d'Almeida Trindade, Bispo de Aveiro e Presidente eleito da mesma Comissão Episcopal, e ainda D. Américo Henriques, Bispo titular de Tisili.

Vindos de todos os pontos do País, sem excluir a Madeira, os participantes foram em número aproximado de 350, tendo os leigos ultrapassado em quantidade as religiosas e os padres.

A temática deste encontro estava centrada nos *ministérios na celebração litúrgica*. Os respectivos temas foram entregues ao P. Dr. Manuel Madureira Dias, que tratou da «fundamentação teológica dos ministérios na vida da Igreja»; ao P. José Ferreira, que apresentou «os ministérios na Liturgia»; ao P. Dr. Manuel Luís, que expôs o papel de «a música na Liturgia a partir do Vaticano II»; e ao P. Dr. A. Ferreira dos Santos, que se ocupou de «os vários ministérios de música na Liturgia».

Houve ainda um painel sobre «os principais ministros da celebração», o qual foi orientado pelos Padres José Ferreira, Luís Ribeiro, José de Leão Cordeiro, Manuel Luís e Ferreira dos Santos.

Como se tratava de um encontro de pastoral litúrgica, parte considerável do tempo foi reservada aos ensaios e à execução das celebrações litúrgicas, que atingiram grande nível de elevação espiritual e de qualidade artística.

A música das Missas e da Liturgia das Horas foi quase toda composta expressamente para o encontro e publicada em livro próprio, oferecido a cada um dos participantes. São seus autores os Padres

Ferreira dos Santos, Celestino B. de Sousa, Manuel Ferreira de Faria, Manuel Luís e Manuel Simões.

Apesar de ser limitado o tempo do encontro e de os participantes provirem de meios diversificados, impressionou pela sua intensidade e constância o clima de compreensão, entreaajuda e amizade que se criou entre todos, desde a primeira hora.

Uma das noites foi dedicada à reunião de grupos por dioceses, em ordem a uma reflexão sobre o panorama e as necessidades diocesanas em matéria de pastoral litúrgica. Nela se verificou a urgência de as dioceses serem dotadas de comissões ou secretariados diocesanos que funcionem de facto e sejam eficientes.

Na sessão final, Mons. Aníbal Ramos disse, em nome do Secretariado, uma palavra de despedida e gratidão a D. João Alves e a D. António Francisco Marques, que vão deixar em breve a Comissão Episcopal de Liturgia, saudou D. Manuel d'Almeida Trindade como novo Presidente desta Comissão, agradeceu a colaboração recebida por parte dos conferentes, do Santuário de Fátima e de todos os participantes, e prestou algumas informações sobre as actividades e livros litúrgicos da responsabilidade do Secretariado, como sejam a colaboração nos encontros diocesanos, o Missal Romano, o Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos, a edição da Liturgia das Horas contendo laudes, vésperas e completas para todo o Ano Litúrgico e dedicada especialmente aos religiosos e aos leigos, o projecto de integração de uma comissão de arte sacra no Secretariado, e ainda a preparação, a médio prazo, de uma Bíblia litúrgica.

Na sua qualidade de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, D. João Alves encerrou os trabalhos. Congratulou-se com a realização deste encontro que «foi sério e tratou de assuntos sérios»; justificou o tempo dado à oração comunitária e litúrgica; referiu com louvor a seriedade e beleza desta oração durante o encontro; fez menção elogiosa do convívio entre os participantes, pondo em relevo o facto de um grande número participar desde a primeira hora; aludiu à sequência dos temas que têm sido tratados e considerou o deste ano como uma primeira abordagem aos ministérios na celebração; acentuou o facto positivo do crescimento dos grupos paroquiais e diocesanos empenhados na animação litúrgica, despertos para a diversidade das funções nas assembleias dominicais e desejosos de colaborar para que as celebrações eucarísticas sejam efectivamente expressão dum povo que reúne, escuta a Palavra de Deus e anuncia a mensagem recebida. E terminou, prestando homenagem aos esforços que se têm feito por toda a parte, especialmente na música e no canto; fazendo um apelo à Comis-

são Nacional de Música Sacra para que não tarde com a esperada antologia de músicas litúrgicas; e, depois de evocar alguns liturgistas já falecidos, dizendo que entregava o facho em boas mãos, justamente nas mãos responsáveis e experimentadas de D. Manuel d'Almeida Trindade.

A Missa concelebrada na Basílica foi verdadeiramente o fecho e coroa deste IV encontro nacional, pela intensidade da participação, pelo lugar dado aos vários ministérios, pela beleza da música e até pela emoção que de todos se apossou no canto final do «Povo teu somos, ó Senhor», dum autor anónimo do século XVI.

De acordo com o voto unânime dos participantes, o próximo encontro nacional será efectuado em Fátima, de 17 a 21 de Setembro de 1979.

ENCONTRO DIOCESANO DE AVEIRO

O encontro diocesano de Aveiro realizou-se no Seminário de Santa Joana Princesa, de 5 a 7 de Outubro, e teve 170 participantes, dos quais 65 eram sacerdotes, 8 religiosas e 97 leigos.

Foram tratados os seguintes temas: leitura sociológica e pastoral do recenseamento da prática dominical na Diocese, Domingo celebração semanal da Páscoa, Missa ou Ceia do Senhor, estrutura dinâmica da celebração eucarística, e música e celebração.

As três celebrações que se fizeram durante estes dias foram devidamente preparadas e constituíram momentos altos do encontro. No último dia houve a preocupação de salientar os aspectos pastorais em causa na santificação do Domingo e de pôr os grupos a trabalhar no esboço de um programa diocesano a executar no trimestre seguinte.

Os trabalhos foram orientados pelos Padres Georgino Rocha, José Ferreira, Luís Ribeiro e António Ferreira dos Santos.

ENCONTRO DIOCESANO DE SANTARÉM

Na sequência do ano passado, realizou-se em Santarém, no edifício do Seminário, de 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 1978, o II Encontro de Pastoral Litúrgica da Diocese de Santarém.

Foi, mais uma vez, uma projecção diocesana do Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica realizado em Fátima, em Setembro.

Promovida pelo Secretariado de Liturgia da diocese, o Encontro teve a orientação superior de alguns dos membros do Secretariado Nacional de Liturgia, que se encarregaram da exposição dos temas, exceptuado o primeiro.

Este primeiro tema, *Teologia Bíblica dos Ministérios* (no Novo Testamento e a partir das Cartas de S. Paulo), foi tratado na manhã do dia 30 pelo Dr. Joaquim Carreira das Neves (OFM); à tarde, o Dr. José da Costa Ferreira (de Lisboa) falou sobre *Os Ministérios na Liturgia*. No dia 1, os temas tratados foram: *A Música na Liturgia, a partir do Vaticano II*, pelo Dr. Manuel Luís (de Lisboa), e *O Ministério Litúrgico do Leitor*, pelo Dr. José Leão Cordeiro (de Évora). Na manhã do dia 2, o Dr. Luís Ribeiro (de Coimbra) expôs o tema *A Equipa de Liturgia*.

Para além dos tempos destinados a *diálogo* sobre cada um dos temas tratados, fizeram-se algumas *celebrações litúrgicas*, preparadas com *ensaios de cânticos*: a Eucaristia foi celebrada nos três dias, e cantou-se a Oração da Manhã no segundo dia, bem como a Oração da Tarde, no último dia, a finalizar o Encontro.

Destinado aos membros das Equipas de Animação Litúrgica das várias paróquias da Diocese de Santarém (incluídos os sacerdotes), este II Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica contou com 113 participantes, 33 dos quais já tinham participado, no ano passado, no I Encontro. Houve participantes de 30 paróquias, dos quais 16 padres, 33 religiosas e 64 leigos (36 senhoras e 28 homes).

O Encontro decorreu com geral proveito e agrado, tanto no que diz respeito aos temas tratados, como no concernente às celebrações efectuadas.

A Diocese de Santarém ficou, mais uma vez, grata ao Secretariado Nacional de Liturgia e espera poder continuar a contar com a sua valiosa ajuda, nos anos futuros.

ENCONTRO DIOCESANO DE COIMBRA

Cerca de 150 cristãos da diocese de Coimbra — na maioria leigos — participaram neste encontro que se realizou no Seminário de Coimbra, de 27 a 29 de Dezembro.

Os principais temas tratados foram os seguintes: a teologia dos ministérios eclesiais, os ministérios na Liturgia, o ministério da música litúrgica e a equipa litúrgica.

As celebrações litúrgicas do encontro tiveram músicas apropriadas e foram executadas pela assembleia em espírito de oração.

